

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

NDDH

Núcleo Especializado de
Defesa dos Direitos Humanos

DPE-TO

DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO TOCANTINS

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS

Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Em conformidade com a Resolução CSDP/TO nº 025, de 06 de agosto de 2008; Resolução CSDP/TO nº 151, de 23 de janeiro de 2017; Lei Complementar nº 80/94; Lei Complementar Estadual nº 55/2009; Lei Federal nº 12.527/2011 e Constituição Federal de 1998.

2

Tocantins

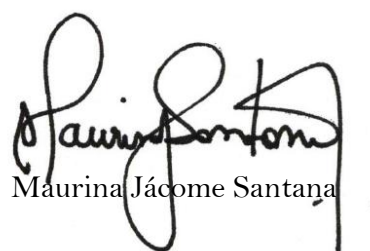
2017

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

EQUIPE DO NDDH

Coordenadora



Maurina Jácome Santana

Analista Jurídica

Liz Marina Regis Ribeiro

Assistente de Defensoria

Tatiane Dias Medeiros

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

JANEIRO	6
Descrição das atividades.....	7
Reportagens	10
FEVEREIRO	17
Descrição das atividades.....	18
Reportagens	21
MARÇO	24
Descrição das atividades.....	25
Reportagens	28
ABRIL	33
Descrição das atividades.....	34
Reportagens	36
MAIO	45
Descrição das atividades.....	46
Reportagens	48
JUNHO	54
Descrição das atividades.....	55
Reportagens	57
JULHO	65
Descrição das atividades.....	66
Reportagens	68
AGOSTO	65
Descrição das atividades.....	66
Reportagens	68
SETEMBRO	71
Descrição das atividades.....	72

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

Reportagens	74
OUTUBRO	79
Descrição das atividades.....	80
Reportagens	81
NOVEMBRO	85
Descrição das atividades.....	86
Reportagens	87
DEZEMBRO	96
Descrição das atividades.....	97
Reportagens	98
ANEXO I – Tabela de Atividades 2017	103
ANEXO II – Gráficos de produtividade	104



JANEIRO

NDDH

Núcleo Especializado de
Defesa dos Direitos Humanos

DPE-TO

DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO TOCANTINS

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

1.1 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

DIA	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES
09	Denúncia de violação de direitos humanos – solicitação de APOIO OPERACIONAL – Mem. N° 002/2017 – 4ª Defensoria Pública de Gurupi, Dra Mônica Prudente Cançado;
13	Reunião acerca da Execução Penal na Sala do Conselho Superior da Defensoria Pública do Tocantins;
16	Reunião com Centro de Apoio Operacional da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher – CAOCID/Ministério Público - Dra Thais Cairo – termo de cooperação técnica entre MP e DPE para execução de nova etapa do Projeto Cartilhas Informativas de Direitos Humanos e impressão dos volumes já lançados;
17	Reunião com ADPETO – sobre a realização da Semana da Defensoria Pública;
20	Participação em cerimônia de posse do Comitê de Respeito à Diversidade Religiosa;
23	APOIO OPERACIONAL – em resposta ao Mem. N° 002/2017 – 4ª Defensoria Pública de Gurupi, Dra Mônica Prudente Cançado – envio de Reclamação Constitucional; Elaboração de Reclamação Constitucional – em atuação conjunta com o NADEP;
25	Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial;
26	Seminário Trabalho Escravo Contemporâneo, promovido pela COETRAE/TO, a qual o NDDH integra na condição de membro – em Araguaína; Realização de palestra sobre Trabalho Escravo Contemporâneo no Seminário de mesma temática realizado em Araguaína (Núcleo Especializado representado pela Dra. Têssia Gomes Carneiro, titular da 1ª Defensoria Pública de Família de Araguaína, em atuação conjunta);

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

	Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos/TO; Reunião Ordinária do Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência;
27	Lançamento da Cartilha Informativa sobre Trabalho Digno e Direitos Humanos;
31	Reunião Geral de Orientação - CONSELHOS DE DIREITOS; Reunião Extraordinária Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial; Denúncia de violação de Direitos Humanos – Doentes Mentais em Cadeias Públicas – Dra. Têssia Gomes Carneiro, titular da 1ª Defensoria Pública de Família de Araguaína.
	OUTROS EXPEDIENTES:
11	Correio eletrônico – nº 001 a 011
07	Memorandos – nº 01 a 07
03	Ofícios – 01 a 03
0	Ofícios Conjuntos
0	Carta Convite
	PROCESSOS SEI GERADOS:
08	17.0.0000000075-2 – PROJETO BANCO DE TESES E JURISPRUDÊNCIA DE DIREITOS HUMANOS (Projeto/Proposta); 17.0.0000000193-7 – PROTOCOLO DE ATUAÇÃO TÉCNICA DOS DEFENSORES PÚBLICOS EM CASO DE CONSTATAÇÃO DE TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO (Projeto/Proposta); 17.0.0000000051-5 – Solicitação ao CEJUR sobre a possibilidade de catalogação das Cartilhas de Direitos Humanos junto à Agência Brasileira do ISBN (Solicitação); 17.0.0000000109-0 – Solicitação ao GABDPG sobre seminário Trabalho Escravo Contemporâneo em Araguaína (Solicitação); 17.0.0000000050-7 – Encaminha memorando sobre nota elogiosa aos

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

	servidores que atuaram no Projeto Cartilhas Educativas de Direitos Humanos (Solicitação); 17.0.000000108-2 – Solicita cobertura jornalística da CERIMÔNIA DE POSSE E REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RESPEITOS À DIVERSIDADE RELIGIOSA (Solicitação); 17.0.000000185-6 – Solicita reserva da Sala de Reuniões do CSDP para realização de Reuniões Ordinárias do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos.
--	--

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

1.2 REPORTAGENS

NDDH emite nota pública por ocasião do Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa

Publicado em 20/01/2017
Por Clédiston Ancelmo

Neste sábado, 21 de janeiro, é comemorado o Dia Mundial da Religião e o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa. O NDDH – Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins, emitiu uma nota pública para lembrar a data.

No texto, o NDDH destaca o compromisso com a promoção à liberdade religiosa e a importância da educação em direitos humanos. A coordenadora do NDDH, defensora pública Isabella Faustino, lembra que o Estado Brasileiro é laico, razão pela qual tem o dever de garantir a liberdade religiosa de todos.

Confira a nota na íntegra:

NOTA PÚBLICA

“A dignidade humana é imperecível.”

10

A Defensoria Pública do Tocantins, por intermédio de seu Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos – NDDH, vem reafirmar, por ocasião do Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, seu compromisso com a promoção do direito à liberdade religiosa, destacando, nesse contexto, a importância da educação em direitos humanos, com vistas à construção de uma cultura de respeito e de paz, e de uma sociedade efetivamente livre, justa e solidária.

A liberdade religiosa é um direito fundamental da humanidade, previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Pacto dos Direitos Civis e Políticos, na Declaração Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação Fundadas na Religião ou nas Convicções e na Convenção Americana de Direitos Humanos, dentre outros.

No plano interno, esse direito é previsto no art. 5º, incisos VI e VIII, da Constituição Federal, que contempla o direito à liberdade de pensamento ou consciência, de crença e de culto e, ainda, a proteção aos locais de culto e de suas liturgias.

O Estado Brasileiro é laico, razão pela qual tem o dever de garantir a liberdade religiosa de todos e, ainda, a diversidade religiosa, expressão do pluralismo, um dos princípios de nossa República, e do direito fundamental à igualdade.

A Defensoria Pública – instituição que tem, dentre seus objetivos, a primazia da dignidade da pessoa humana; a afirmação do Estado Democrático de Direito e a prevalência e efetividade dos direitos humanos – reafirma que o Estado Democrático fundado pela Constituição de 1988 funda-se nos postulados da dignidade da pessoa humana, da cidadania e do pluralismo, o que implica no respeito, por todos os Poderes constituídos, e pelos

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

particulares, ao direito à liberdade religiosa, bem como no compromisso com o permanente combate à intolerância religiosa.

Isabella Faustino Alves
Defensora Pública
Coordenadora do NDDH

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/nddh/noticia/21121>>.

Defensoria toma posse no Comitê de Respeito à Diversidade Religiosa

Publicado em 20/01/2017
Por: Clédiston Ancelmo

Tomaram posse na tarde de sexta-feira, 20, os conselheiros do Comitê Estadual de Respeito à Diversidade Religiosa para o Biênio 2017-2019. A DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins tem cadeira no Comitê e a defensora pública Isabella Faustino Alves, coordenadora do NDDH – Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos, tomou posse como titular. A analista jurídica Liz Marina Régis Ribeiro tomou posse como suplente.



A solenidade foi realizada no mini-auditório da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. A secretária estadual de Cidadania e Justiça, Gleidy Braga Ribeiro, foi representada pela diretora de Direitos Humanos da secretaria, Maria Vanir Ilídio, que deu posse aos conselheiros.

Na oportunidade, a defensora pública Isabella Faustino apresentou a Cartilha Liberdade Religiosa e Direitos Humanos, uma publicação produzida pela DPE-TO e que trata do direito humano à liberdade e à diversidade religiosa. Um exemplar da cartilha foi enviado para todas as secretarias municipais de educação do Estado, além da Secretaria Estadual de Educação para apresentar a publicação. Já a versão eletrônica pode ser baixada gratuitamente na página do NDDH no endereço <http://ww2.defensoria.to.gov.br/nddh>.

“O respeito à diversidade religiosa é fundamental para a construção de uma cultura de paz que tanto almejamos”, afirmou a defensora pública.

A liberdade religiosa diz respeito ao direito tanto na escolha de determinada convicção ou tradição religiosa quanto o de não proferir religião alguma. A laicidade do Estado se institui como mecanismo democrático, pressuposto e garantia da liberdade de religião, filosofias, crenças, opiniões e convicções e de que todas as religiões possam conviver em igualdade.

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

Comitê

O Comitê Estadual de Respeito à Diversidade Religiosa do Tocantins (CEDR/TO) foi instituído pela Portaria nº 259, de 3 de junho de 2015, da Secretaria de Estado do Defesa e Proteção Social (Sedeps). Trata-se de um órgão consultivo, deliberativo, propositivo, fiscalizador e de caráter permanente que objetiva favorecer a promoção do direito à diversidade religiosa, o combate à intolerância e a proteção contra violações de direitos humanos por motivação religiosa no Estado do Tocantins, para a construção de uma sociedade pluralista e democrática, para a construção de uma cultura de paz fundada no reconhecimento e respeito às diferenças crenças e convicções.

Conselheiros biênio 2017-2019

I – Do Poder Público

Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS

Titular: HOLDA COUTINHO BARBOSA

Suplente: EVA FERREIRA DE CARVALHO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO

Titular: CLEISSON ALVES FERREIRA

Suplente: KIARA SOUZA DOS REIS CAVALCANTE

Secretaria de Estado da Saúde – SESAU

Titular: MARIZA BATISTA GOMES SANTANA

Suplente: MARIA UILZA MACIEL DE SOUSA PERES

Secretaria de Estado de Cidadania e Justiça – SECIJU

Titular: EDILMA BARROS DA SILVA

Suplente: BÁRBARA RISOMAR DE SOUSA

Secretaria de Estado do Trabalho e Assistência Social – SETAS

Titular: Dourivan Alves Borges Ferreira

Suplente: IVONETE OLIVEIRA

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Turismo e Cultura – SEDEM

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

Titular: PIETTRO RIBEIRO LAMONIER

Suplente: GABRIEL DIAS DE SOUZA

Defensoria Pública do Estado do Tocantins – DPE-TO

Titular: ISABELLA FAUSTINO ALVES

Suplente: LIZ MARINA REGIS RIBEIRO

Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esportes – SEDUC

Titular: TÂNIA MARIA RIBEIRO CAVALCANTE

Suplente: ELIDA SABINO DA SILVA

Universidade Federal do Tocantins – UFT

Titular: MIRIAN TESSEROLLI

Suplente: JANAINA ALEXANDRA CAPISTRANO DA COSTA

Secretaria de Estado da Segurança Pública – SSP-TO

Titular: CAP. QOPM WALTER RIBEIRO DOS SANTOS

Suplente: CAP. QOPM LEONARDO AMORIM TEIXEIRA

13

II – Das Entidades Não-Governamentais

Movimento Pela Vida

Titular: ADRIANA DIAS RODRIGUES CUNHA

Suplente: GABRIEL NESELLO

Sociedade Islâmica El Shaimmah

Titular: ROSÂNGELA BAZAIA

Suplente: JOÃO PAULO PROCÓPIO VIEIRA SILVA

Ilê Axé Omo Araka

Titular: MÃE VALESCA CRISTINA SILVA E SILVA – YALORIXÁ

Suplente: WILLIAN VIEIRA DE OLIVEIRA

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

Casa de Caridade Flor de Lis

Titular: KAIQUE RENAN SILVA HILÁRIO

Suplente: RONALDO GUILHERME RIBEIRO REIS

Igreja Presbiteriana Independente

Titular: RICARDO VARGAS MORA

Suplente: GILMA FERREIRA

Associação Tocantinense de Municípios – ATM

Titular: DJALMA CARNEIRO RIOS

Suplente: MARTA BARREIRA LUSTOSA

Federação Espírita Brasileira – FEB

Titular: JOSÉ NAZARENO O. DE AGUIAR

Suplente: SONIA LUNA

Comunidade Budista de Nitiren Daishonin (SOKA GAKAI)

Titular: OLINDA AMARAL DOS SANTOS

Suplente: VIVIANE DE SOUSA LEAL

Ordem Dominicana

Titular: MARIA EUGÊNIA RIBEIRO SILVEIRA

Suplente: TEREZINHA RIBEIRO DO NASCIMENTO

Comunidade Judaica

Titular: HEBER PIERES

Suplente: EDUARDO DORANGE MELO

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/nddh/noticia/21127>>.

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

NDDH emite nota pública por ocasião do Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo

Publicado em 27/01/2017

Por: Clédiston Ancelmo

Neste sábado, 28 de janeiro, é o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo. O NDDH – Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins, emitiu uma nota pública para lembrar a data.

No texto, o NDDH destaca que o trabalho escravo ainda é uma realidade no Brasil e que a Defensoria Pública do Tocantins acredita que a promoção dos direitos humanos é o meio mais eficaz para a transformação social de que depende a mudança do triste quadro do trabalho escravo contemporâneo, com vistas à construção de uma sociedade efetivamente livre, justa e solidária. Confira a nota na íntegra:

NOTA PÚBLICA

O trabalho é direito humano fundamental previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, em Convenções da Organização Internacional do Trabalho — agência das Nações Unidas que tem por missão promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter acesso a um trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade — e na Constituição da República Federativa do Brasil.

15

À luz do postulado da dignidade humana, um dos fundamentos da República Federativa do Brasil e fundamento dos direitos humanos, o trabalho deve ser exercido em condições dignas, ressaltando-se, nesse contexto, o conceito de trabalho decente, formalizado pela OIT em 1999, que consiste em trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas, condição fundamental para a superação da pobreza, redução das desigualdades sociais, e garantia da governabilidade democrática e do desenvolvimento sustentável.

A despeito disso, o trabalho escravo ainda é uma realidade no Brasil — como se constata a partir da atuação do Ministério do Trabalho e de outros órgãos e instituições que atuam no combate a essa prática degradante — e viola justamente os direitos de assistidos ou potenciais assistidos da Defensoria Pública, pela situação de hipossuficiência econômica e de vulnerabilidade social.

A Defensoria Pública do Tocantins acredita e reafirma que a promoção dos direitos humanos e da educação em direitos humanos é o meio mais eficaz para a transformação social de que depende a mudança do triste quadro do trabalho escravo contemporâneo, com vistas à construção de uma sociedade efetivamente livre, justa e solidária, em consonância com o postulado da dignidade humana e com os ditames da justiça social.

Isabella Faustino Alves
Defensora Pública
Coordenadora do NDDH

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/nddh/noticia/21171>>.

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

Direito ao trabalho digno é tema de cartilha da Defensoria Pública

Publicado em 27/01/2017
Por: Rose Dayanne Santana

O trabalho é um direito humano fundamental previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, em Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e na Constituição da República Federativa do Brasil. Assim, é direito de todo trabalhador e trabalhadora exercê-lo em condições dignas, de forma produtiva e de qualidade, com liberdade, equidade, segurança e dignidade humana.



Embora a Lei Áurea tenha abolido a escravidão, em 1888, ainda se constata no Brasil a existência do chamado “trabalho escravo contemporâneo”, que pode ocorrer tanto no campo quanto na cidade, em condições degradantes, com jornadas exaustivas, trabalhos forçados ou servidão por dívidas. Situações como essas, além de ferir o direito fundamental à liberdade, viola a dignidade humana das trabalhadoras e dos trabalhadores.

Neste sábado, 28, é o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, e aproveitando a data significativa para a erradicação dessa prática no país, o NDDH – Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos da DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins lança a cartilha “Trabalho Digno e Direitos Humanos”, uma publicação que traz conceitos, legislação, direitos, atuação da Defensoria Pública na temática, além de contatos para denúncias e de órgãos que atuam no enfrentamento, e informações de como romper esse ciclo. A Cartilha possui 24 páginas e está disponível em formato eletrônico para download gratuito na página do NDDH, no endereço <http://ww2.defensoria.to.gov.br/nddh>

“Embora, a atuação na tutela do direito ao trabalho seja atribuição da Defensoria Pública da União, no Tocantins, a Defensoria Pública Estadual integra a Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo, cuja existência e atuação são absolutamente necessárias, sobretudo porque essa mazela ainda presente na sociedade brasileira viola justamente os direitos de pessoas que se enquadram no perfil de assistidos da Defensoria Pública, pela situação de hipossuficiência econômica e de vulnerabilidade social”, explica a coordenadora do NDDH, defensora pública Isabella Faustino Alves.

Coleção

A publicação é a quarta cartilha do NDDH de uma série de cinco volumes. Em agosto de 2016, foi lançada a primeira com o tema “Liberdade Religiosa e Direitos Humanos”; a segunda tratou dos “Direitos da Pessoa com Deficiência”, e a terceira foi sobre “Igualdade Racial e Direitos Humanos”, ambas lançadas no mês de novembro. “A coleção é um importante instrumento de promoção da educação em direitos humanos, dos direitos fundamentais e da cidadania no Estado do Tocantins, tarefa que a Defensoria Pública deve desempenhar de maneira permanente”, ressalta a defensora pública Isabella Faustino.

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/nddh/noticia/21174>>.



FEVEREIRO

NDDH
Núcleo Especializado de
Defesa dos Direitos Humanos

DPE-TO
DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO TOCANTINS

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

2.1 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

DIA	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES
1º	Treinamento de servidores do NDDH para utilização da plataforma SOLAR;
9 e 10	Elaboração de roteiro de vídeo institucional para campanha do Dia da Mulher – atuação conjunta com o NUDEM;
13	Instauração do PROPAC NDDH nº 01/2017 sobre Violência Policial; Instauração do PROPAC NDDH nº 02/2017 sobre Trabalho Escravo Contemporâneo; Apoio Operacional – em atenção à Denúncia de Violação aos DH encaminhada pela Defensoria Pública de Porto Nacional, por meio do Ofício nº 029/2016 DP Cível, sobre o uso de algemas (violação à Súmula Vinculante nº 11), foram encaminhados os Ofícios nº 7 e 8, à Corregedoria da PM e Ministério Público de Porto Nacional, respectivamente;
13 a 17	Elaboração de resumo da obra “Protegendo os brasileiros contra a tortura: Um Manual para Juízes, Promotores, Defensores Públicos e Advogados”;
14	Reunião Ordinária do Comitê Estadual de Respeito à Diversidade Religiosa – Elaboração do Plano de Metas para 2017; Atuação conjunta com NADEP referente ao caso de execução de presos provisórios em Colmeia;
15 e 16	Elaboração de ACP indenizatória pelo dano moral coletivo e social – Execução de Presos em Colmeia (Atuação conjunta com NADEP);
16	Reunião com ASCOM sobre metas e projetos do NDDH; Reunião com EGP sobre apoio para captação de recursos externos para execução de projetos do NDDH; Denúncia de Violação de DH: Ofício 5ª DPCrim. Nº 02/2017, oriundo da Defensoria Pública de Porto Nacional, noticia casos de violência policial na comarca de Porto Nacional;
17	Acompanhamento e sustentação oral na sessão do Conselho relativamente

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

	aos AUTOS-CSDP Nº 381/2017 (Assunto: PROPOSTA DE RESOLUÇÃO. NÚCLEOS);
17 a 23	Elaboração de Ação Ordinária de Reparação de Danos Morais e Materiais com pedido de Antecipação de Tutela em favor do assistido Danilo Fernandes Batista – por solicitação da 3ª Defensoria Pública de Porto Nacional – Dr. Fabrício Silva Brito, no atendimento SOLAR nº 160920.001.176;
20	Elaboração e lançamento de Edital NDDH nº 01/2017 para formação de Grupo de Trabalho sobre Violência Policial;
22	Reunião Extraordinária do Comitê Estadual de Respeito à Diversidade Religiosa – Defensoria Pública eleita para o cargo de secretariado da diretoria executiva e aprovação do plano de metas;
23	Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, na sede da DPE;
24	Elaboração de Roteiro de Evento – II Semana da Moradia; Apoio Operacional – em atenção à Denúncia de Violação aos DH, encaminhada pela Defensoria Pública de Porto Nacional, por meio do Ofício 5ª DPCrim. Nº 02/2017, encaminhou-se os Ofícios nº 12, 13 e 14, à Corregedoria da PM, Secretaria de Segurança Pública e GECEP (Controle Externo da Polícia/MP), respectivamente.
20 a 24	Elaboração do Banco de Jurisprudência Internacional: Sistema Interamericano de Direitos Humanos.
OUTROS EXPEDIENTES:	
14	Correio eletrônico – nº 012 a 25
04	Memorandos – nº 08 a 11
13	Ofícios – 04 a 16
1	Ofícios Conjuntos
0	Carta Convite
PROCESSOS SEI GERADOS:	

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

04	17.0.000000470-7 – Comunicado: sobre a instauração e a autuação dos PROPACs – Procedimentos Preparatórios de Ação Civil Pública nº 1/2017 e nº 2/2017; 17.0.000000457-0 – Organização de Eventos: apresenta proposta de roteiro da II Semana Nacional de Luta pelo Direito à Moradia ao NAC e DPAGRA; 17.0.000000265-8 – Solicitação: para a elaboração e disponibilização de logomarca para o referido Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial; 17.0.000000471-5 – Solicitação: reserva da Sala de Reuniões do CSDP da Sede da Defensoria Pública em Palmas para realização do processo seletivo de voluntários deste Especializado e para Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos.
----	--

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

2.2 REPORTAGENS

Núcleo de Direitos Humanos instaura Procedimento para prevenir repressão policial

Publicado em 23/02/2017

Por: Cinthia Abreu

Troca de tiros com policiais militares, homens baleados que não resistem aos ferimentos e transporte inadequado de pessoas em carrocerias de carros, dentre outras questões tem sido recorrentes no Tocantins e tem provocado um alerta no campo dos Direitos Humanos. Diante disso, a DPE-TO - Defensoria Pública do Estado do Tocantins, por intermédio do NDDH – Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos, instaurou Procedimento para reunir diligências com vistas à prevenção e à repressão da violência institucional de natureza policial e ao aprimoramento das políticas públicas e

dos procedimentos de controle da atividade policial.



A Defensoria Pública oficiou diferentes instituições, tais como a Controladoria Geral do Estado e a Corregedoria Geral da Polícia Militar, requisitando informações quantitativas sobre os registros de violência institucional de natureza policial no Estado do Tocantins nos últimos anos.

À Secretaria de Segurança Pública do Tocantins foram requisitadas, ainda, informações sobre o cumprimento do art. 3º, parágrafo 2º, da Resolução Conjunta nº 2/2015 do Conselho Superior de Polícia, a respeito da comunicação à Defensoria Pública acerca da instauração de inquérito policial relativo às hipóteses em que, do emprego da força policial resultar ofensa à integridade corporal ou à vida do resistente, bem como acerca da observância da aludida Resolução no que diz respeito à tramitação prioritária dos inquéritos policiais instaurados nessa hipótese.

O objetivo é também criar um Grupo de Trabalho na Defensoria Pública do Tocantins, com vistas à elaboração de protocolo de atuação da instituição em casos de violência institucional de natureza policial.

Entenda o Caso

Há cerca de 20 registros no NDDH, desde o ano de 2013, de ocorrência violência institucional de natureza policial em diferentes regiões do Estado. No último domingo, 19, durante troca de tiros com policiais, suspeitos de integrarem uma quadrilha de prática de roubo foram transportados para o hospital em carrocerias de carros da Polícia Militar e faleceram no Hospital Geral de Palmas. No final do mês de janeiro, suspeitos de homicídio foram mortos durante troca de tiros com a Polícia Militar e também foram transportados na carroceria de uma camionete.

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

Núcleo

O Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos integra o Comitê Estadual de Prevenção e Repressão à Tortura, que tem a função de prevenir e combater a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos (Ato nº 624 – DSG, DOE. nº 4.622, de 17 de maio de 2016), cujas atribuições compreendem a promoção das medidas necessárias à prevenção, repressão, sanção e reparação de condutas e situações contrárias aos direitos humanos.

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/nddh/noticia/21406>>.

Defensoria Pública sedia reunião ordinária do Conselho de Direitos Humanos

Publicado em 24/02/2017

Por: Cinthia Abreu

A DPE-TO - Defensoria Pública do Estado do Tocantins sediou na manhã de quinta-feira, 23, reunião ordinária do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, na sala do Conselho Superior, na sede da Instituição em Palmas. A defensora pública Isabella Faustino Alves, coordenadora do NDDH – Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos, é Membro do Conselho como titular pela DPE-TO, tendo como suplente a analista jurídica do NDDH, Liz Marina Regis Ribeiro.



22

Além da Defensoria Pública, o encontro contou com a participação de representantes de movimentos sociais e de instituições como o Ministério Público Estadual, Universidade Federal do Tocantins, Fundação Universidade do Tocantins, Ordem dos Advogados do Brasil e Secretaria Estadual de Educação, Juventude e Esportes.

Na pauta da reunião ordinária, foram discutidos assuntos como a realização do III Seminário de Educação em Direito Humanos, com data prevista para os dias 31/5, 1 e 2/6 do corrente ano; e a metodologia para a construção do Plano Estadual de Direitos Humanos, tendo sido eleita uma comissão para tratar deste último ponto, a qual será integrada pelo Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos.

Conselho

O CEDDH-TO - Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos é um órgão deliberativo e de caráter permanente, tem como função elaborar, coordenar e fiscalizar a Política Estadual de Direitos Humanos. O conselho é composto por 17 conselheiros titulares e seus respectivos suplentes, representantes de entidades do poder público e da

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

sociedade civil organizada. Os conselheiros atuais foram eleitos no dia 8 de abril de 2016 para um mandato de dois anos.



Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/nddh/noticia/21415>>.



MARÇO

NDDH
Núcleo Especializado de
Defesa dos Direitos Humanos

DPE-TO
DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO TOCANTINS

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

3.1 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

DIA	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES
2	Reunião com NUDEM sobre Campanha do Dia Internacional das Mulheres – atuação conjunta com NUDEM; Reunião com NUDEM e ASCOM para aprovação de vídeo institucional sobre Dia Internacional das Mulheres;
6	Sustentação oral em Audiência Pública sobre incorporação de Núcleos Especializados;
7	Reunião no Instituto Presbiteriano de Ensino – IPES, para elaboração de metodologia e definição de datas – Projeto Defensores da Cidadania; Reunião com Comissão Especial do Conselho de Estadual de Direitos Humanos para elaboração de projeto de Rodas de Conversa;
8	Roda de Conversa do Dia das Mulheres – Campanha 8M – atuação conjunta com NUDEM;
9	Encaminha modelo de Ação Civil Pública - Veiculação da imagem de presos; Elaboração do Memorando nº 19/2017 que sugere alteração na página do NDDH (17.0.000000597-5);
10	Participação em reunião do CEDDH acerca da construção do Plano Estadual de Direitos Humanos;
13	Reunião na SECIJU para entrega de credenciais de acesso e orientações ao Secretariado do Comitê de Respeito à Diversidade Religiosa;
14	Reunião com Comissão Especial do Conselho de Estadual de Direitos Humanos para elaboração de projeto de Rodas de Conversa;
2 a 15	Elaboração do conteúdo da Cartilha Direito à Moradia e Direitos Humanos; Elaboração de resumo de livro - FOLEY, Conor. Protegendo os Brasileiros Contra a Tortura – Um Manual para Juízes, Promotores, Defensores Públicos e Advogados. Tradução Tatiana Dicenzo, Rita Lamy Freund - Brasília: International Bar Association's Human Rights Institute (IBAHRI)

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

	(IBA). Ministério das Relações Exteriores Britânico e Embaixada Britânica no Brasil, 2011. 1ª Ed.;
15	Reunião Ordinária do Comitê Estadual de Respeito à Diversidade Religiosa; Elaboração de Roteiro de Evento – II Semana Nacional da Moradia; Elaboração de documento com Atribuição dos Organizadores – II Semana Nacional da Moradia;
16	Reunião da Comissão de Educação em Direitos Humanos do Conselho Estadual de Direitos Humanos para preparação do III Seminário anual de Educação em Direitos Humanos;
19	Elaboração do Memorando nº 62/2017 que sugere a criação de Grupo de Trabalho para elaboração de protocolo de atuação em casos de conflito habitacional urbano/ despejos e remoções compulsórias;
20	Elaboração de Roteiro da Audiência Pública e cronograma – Semana Nacional da Moradia – atuação conjunta com o NAC;
21	Elaboração de Edital de Convocação para Audiência Pública da Semana Nacional da Moradia – atuação conjunta com o NAC; Encaminha resumo de livro - PROTEGENDO OS BRASILEIROS CONTRA A TORTURA; Encaminha Protocolo de Atendimento de Demandas de Direitos Humanos/ Atendimento às Religiões Afro-Brasileiras da Defensoria Pública da Bahia;
22	Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial;
2 a 22	Elaboração de petição de Ação Ordinária de Reparação de Danos Morais e Materiais – Caso Danilo Fernandes Batista (Porto Nacional); Elaboração de Ação Civil Pública – Dano Moral Coletivo – Caso de assassinato de presos em Colmeia/TO – atuação conjunta com NADEP; Sistematização do Banco de Jurisprudência: Sistema Interamericano de Direitos Humanos; Roda de Conversa sobre Igualdade de Gênero, em Tocantínia -
24	Reunião Ordinária da Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

	Escravo; Encaminha Coleção Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, do Ministério da Justiça;
30	Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos; Reunião com o Ministério Público de Porto Nacional – Promotoria Criminal, a respeito das prisões levadas a efeito nos autos de nº 0001350-40.2017.827.2737 Peticionamento – Manifestação Defensorial nos autos nº 0001350-40.2017.827.2737 – atuação conjunta com o DPAGRA;
31	Realização de Palestra no 1º ConAtins – Congresso de Autismo do Tocantins, apresentação da Cartilha Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos – Projeto Defensores da Cidadania (http://www.anjoazulto.com.br/news/programacao-1º-conatins/);
	OUTROS EXPEDIENTES:
35	Correio eletrônico – nº 026 a 060
53	Memorandos – nº 012 a 064
53	Ofícios – 017 a 069
0	Ofícios Conjuntos
0	Carta Convite
	PROCESSOS SEI GERADOS:
04	17.0.000000527-4 – Comunicados – Conferências Regionais e Estadual de Promoção da Igualdade Racial; 17.0.000000618-1 – Organização de Eventos – Roda de Trabalho Igualdade de Gênero; 17.0.000000698-0 – Projeto/Proposta – sugere a criação de Grupo de Trabalho para elaboração de protocolo de atuação em casos de conflito habitacional urbano/ despejos e remoções compulsórias; 17.0.000000597-5 – Solicitação - modificações na página do Núcleo

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

Especializado de Defesa dos Direitos Humanos.

3.2 REPORTAGENS

Campanha interna da Defensoria Pública para o 8 de Março

Publicado em 06/03/2017

Por: Texto: Rose Dayanne Santana

Mundialmente as mulheres irão parar no dia 8 de Março em apoio ao movimento 8M. A mobilização, que acontece no Dia Internacional das Mulheres, busca dar visibilidade à luta por igualdade. No Brasil, a pauta unificada é a Reforma da Previdência e o impacto sobre a vida das mulheres, além de trazer as questões da violência e igualdade de gênero.



28

Integrando a agenda para o Mês da Mulher, a DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins, por meio do Nudem – Núcleo de Defesa dos Direitos das Mulheres e NDDH – Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos, lança a campanha #8MDefensoriaTO #DiferentesSimDesiguaisNão, que consiste numa parada simbólica durante uma hora do expediente, em que as mulheres poderão conversar sobre as dificuldades enfrentadas no trabalho, conscientização para os Assistidos, e a divulgação de um vídeo alusivo à temática, disponível no link <https://vimeo.com/207105994> e que está sendo divulgado nos canais de comunicação da Instituição.

De acordo com a coordenadora do Nudem, Vanda Sueli, a programação prevista integra um movimento mundial, e tem como objetivo quebrar o estigma do Mês de Março como uma data comemorativa e para homenagens. “O Março é um mês para refletir sobre os direitos das mulheres e sobre as violações deles”, explica.

O vídeo #DiferentesSimDesiguaisNão foi idealizado pela coordenadora do NDDH, defensora pública Isabela Faustino, e produzido pela Assessoria de Comunicação da DPE-TO, com a participação de Defensores Públicos e Servidores.

“Nossa intenção é chamar a atenção para a violência e discriminação sofrida pelas mulheres diariamente, as quais decorrem da estrutura patriarcal e da ideologia machista ainda fortemente presentes em nossa sociedade, e que se expressam, dentre outras formas, pela pouca representatividade da mulher em espaços públicos de exercício do poder e de tomada de decisões; pela desigualdade na relação de trabalho, sobretudo com relação à menor remuneração paga às mulheres; pelos meios de comunicação, destacando-se a publicidade sexista, e por meio do discurso consubstanciado em comentários, piadas e linguagem que

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

inferiorizam a mulher e reproduzem a opressão, de forma expressa ou simbólica”, ressalta a defensora pública Isabella Faustino.

Veja as orientações para a parada do #8MDefensoriaTO em sua regional:

- Pare às 10h e reúna as mulheres, por uma hora, para conversar sobre as dificuldades que encontram por ser mulher;
- Faça registros da roda de conversa, com plaquinhas de “Porque paro”, entre outras, e poste nas redes sociais marcando o Facebook da @DefensoriaPúblicaTocantins nas postagens www.facebook.com/DefensoriaPublicadoTocantins;
- Use as hashtags - #8MDefensoriaTO #EuParo #DiferentesSimDesiguaisNão #8MTocantins #InternationalWomensStrike #ParadaBrasileiradeMulheres #DiaInternacionaldasMulheres
- Faça um relato dos principais pontos abordados na roda de conversa e envie para o Nudem (nudem@defensoria.to.gov.br)
- Combine com a Diretoria Regional e no dia 8 de março, pela manhã, faça uma abordagem nas salas de atendimento e fale sobre a importância da data e sobre atuação da Defensoria Pública em relação aos Direitos das Mulheres
- Registre tudo e envie para Ascom também pelo e-mail ascom@defensoria.to.gov.br ou pelo WhatsApp 9 9935-7703.

Atividades de Parceiros

A DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins, por meio do Nudem – Núcleo de Defesa dos Direitos das Mulheres e NDDH – Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos, vai participar de atividades organizadas pelos Movimentos Sociais para o 8 de Março. Saiba mais em: <http://ww2.defensoria.to.gov.br/noticia/21454>

29

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/nddh/noticia/21484>>.

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

DPE-TO participa de reunião da Comissão de Direitos Humanos do Condege

Encontro foi realizado em Brasília e reuniu coordenadores de núcleos especializados de direitos humanos das Defensorias Públicas

Publicado em 24/03/2017

Por: Clédiston Ancelmo

A coordenadora do NDDH – Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins, defensora pública Isabella Faustino, participa esta semana da 1ª Reunião Ordinária de 2017 da CDH – Comissão de Direitos Humanos do Condege – Colégio Nacional de Defensores Públicos-Gerais. O encontro acontece nesta quinta e sexta-feira, 23 e 24, em Brasília (DF).



O defensor público do Rio de Janeiro (RJ), Fábio Amado, foi reeleito como coordenador da Comissão de Direitos Humanos. A votação foi realizada com a participação dos coordenadores de núcleo especializado e representantes das Defensorias Públicas estaduais e do Distrito Federal. A defensora Vivian Almeida do Espírito Santo (ES) continuará no cargo de coordenadora auxiliar da comissão e a defensora da Bahia (BA) Eva Rodrigues continua como secretária.

“O trabalho que está sendo produzido tem sido legitimado, apresentado e aprovado pelos defensores públicos-gerais. Na reunião do mês que vem, nós pretendemos solicitar ao presidente do Condege um espaço na programação para apresentarmos um relatório do que foi confeccionado e as nossas ambições institucionais e acadêmicas no fortalecimento desta rede de defensores públicos de Direitos Humanos”, explicou o coordenador da CDH, Fábio Amado.

Foi definido que nos dias 22 e 23 de junho será realizado um seminário em Cuiabá (MT) e, no segundo semestre, um em São Paulo (SP), para promover a difusão da cultura de Direitos Humanos e permitir que o usuário da Defensoria tenha de forma ampla a garantia de direitos que são diariamente violados.

Na tarde de quinta-feira, 23, foi apresentado o plano de trabalho da subcomissão de direito internacional dos direitos humanos, que é integrada, dentre outros membros da Comissão, pela coordenadora do NDDH da DPE-TO, defensora pública Isabella Faustino.

Os trabalhos serão encerrados nesta sexta-feira, 24, com visita à Secretaria de Direitos Humanos do DF e apresentação sobre comunidades tradicionais – faxinalenses, cultura cigana, indígenas, quilombolas, catadoras de mangaba, quebradeiras de coco-de-babaçu, terreiro, pantaneiras, pescadores, caiçaras, extrativistas, pomeranos, retireiros do araguaia e comunidades de fundo de pasto. Ainda na sexta-feira à tarde será realizada apresentação pelo NDDH da DPE-TO da ação Defensoria Quilombola e do projeto Defensoria na Aldeia, proposto pelo NDDH em outubro de 2016

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2017

Para a defensora pública Isabella Faustino, esse encontro é uma oportunidade única de promover o intercâmbio de atuações entre os Núcleos Especializados de Direitos Humanos das diversas Defensorias Estaduais, o que enriquece sobremaneira o fortalecimento dessa atuação em território nacional. “O compartilhamento de práticas exitosas, de experiências e a intensa produção desta Comissão, que apenas no ano passado formulou dois protocolos de atuações, ambos aprovados pelo Condege, dentre outras iniciativas, são fundamentais ao aprimoramento da defesa dos direitos humanos por parte da Instituição e pela disseminação da máxima de que todos os defensores e defensoras públicas são, antes de tudo, defensores de direitos humanos”, afirmou a defensora pública.



Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/nddh/noticia/21672>>.

DPE-TO realiza II Semana Nacional de Luta pelo Direito à Moradia

31

Publicado em 28/03/2017
Por: Rose Dayanne Santana

Com objetivo de proporcionar um amplo debate sobre a efetivação do direito à moradia na cidade e no campo, dar visibilidade às reivindicações pela observância desse direito e, ainda, contribuir no fortalecimento da participação social no processo de construção de políticas públicas, a DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins realiza a II Semana Nacional de Luta pelo Direito à Moradia, entre os dias 3 e 7 de abril, em Palmas.

O evento, organizado pelos Núcleos Especializados de Defesa dos Direitos Humanos (NDDH), Defensoria Pública Agrária (DPAGRA) e de Ações Coletivas (NAC), conta com uma ampla programação, incluindo uma audiência pública, atendimentos coletivos, visita técnica, roda de conversa, lançamento de cartilha sobre a temática do direito à moradia, e cine debate.



RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

As atividades da Semana são direcionadas aos assistidos, movimentos sociais, acadêmicos, membros e servidores da Defensoria Pública e de outros órgãos e instituições, e sociedade civil em geral.

A programação tem início no dia 3, com atendimentos coletivos em Palmas e Pedro Afonso. No dia 5, será realizada uma Roda de Conversa, na sede da DPE-TO em Palmas. Dia 6, está prevista uma visita técnica da Universidade Federal do Tocantins, por meio do Laboratório de Arquitetura e Direito, à comunidade Lago Norte. E no dia 7, acontece uma audiência pública pela manhã e um cine debate no período da tarde.

Programação

03/04/2017

Palmas

Atendimento Coletivo no Setor Lago Norte

Horário: 19h

Pedro Afonso

Atendimento Coletivo no Loteamento Lajeado 2ª Etapa, São Miguel e Retiro Horário: 10h30

05/04/2017

Roda de Conversa aberta ao Público e Lançamento da Cartilha

Tema: “Direito à Moradia e Direitos Humanos”

Auditório da Defensoria Pública, em Palmas

Horário: 14h às 17h

06/04/2017

Visita Técnica ao Setor Lago Norte

Horário: 14h

07/04/2017

Audiência Pública para discutir a efetivação do direito social à moradia no campo e na cidade no Estado do Tocantins

Auditório da Defensoria Pública, em Palmas

Horário: 8h às 12h

Cine Debate

Curta Vila Soma

Auditório da Defensoria Pública, em Palmas

Horário: 14h às 17h

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/nddh/noticia/21719>>.



ABRIL

NDDH
Núcleo Especializado de
Defesa dos Direitos Humanos

DPE-TO
DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO TOCANTINS

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

4.1 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

DIA	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES
3 a 7	Semana Nacional da Luta Pelo Direito à Moradia – atuação conjunta com NAC e DPAGRA;
5	Roda de Conversa aberta ao Público sobre Direito à Moradia – atuação conjunta com o NAC; Lançamento da Cartilha Direito à Moradia e Direitos Humanos;
6	Visita técnica ao Setor Lago Norte – atuação conjunta com o Palmas Participa;
7	Audiência Pública sobre Direito à Moradia – atuação conjunta NAC e DPAGRA; Cine Debate: exibição do curta-metragem Vila Soma; Reunião de Comissão de Educação em Direitos Humanos para planejamento do Seminário anual de Educação em Direitos Humanos; Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial;
10	Peticionamento em jurisdição nacional – Ação Civil Pública (Dano Moral Coletivo) – morte de presos em estabelecimento prisional autuada sob nº 0000452-96.2017.8.27.2714, chave 475560439017 – atuação conjunta com o NADEP;
11	Encaminhamento de petição de Ação Civil Pública sobre Dano Moral Coletivo – morte de presos em estabelecimento prisional; Acompanhamento de assistido para realização de exame de corpo de delito no IML – atuação conjunta com NADEP e 21ª Defensoria Pública da Capital; Conclusão da minuta da Ação Ordinária de Reparação por Danos Morais e Materiais – Assistido Danilo Fernandes Batista (Auxílio à Defensoria Pública da Fazenda Pública de Porto Nacional) Despacho Procedimento 1/17;

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

12	Conclusão do Banco de Jurisprudência do Sistema Interamericano de Direitos Humanos e remessa a todos(as) os(as) Defensores(as) Públicos(as)
Alteração de coordenadoria	
18	Protocolo de petição inicial de Ação Ordinária de Reparação de Danos – Assistido Danilo Fernandes – 0002378-43.2017.8.27.2737 – atuação conjunta com a 7ª Defensoria Pública de Porto Nacional; Encaminha modelo de ofício – Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial;
19	Encaminha projeto Cinedefensoria ao Departamento de Comunicação para conhecimento e implementação de sugestões; Atende pedido de Apoio Operacional, relativo à denúncia de violência policial;
24	Encaminha modelo de petição, que solicita a substituição de regime prisional de pessoa transsexual, considerando a violação de direitos humanos dentro da unidade prisional; Encaminha Termo de Declarações do assistido L. M. F;
26	Solicita publicação de material informativo produzido, na página online do Núcleo;
27	Reunião ordinária do Conselho Estadual de Educação em Direitos Humanos; Encaminha minuta de ofício ao CEDDH, considerando as deliberações da Reunião Ordinária, realizada na mesma data;
28	Encaminha ao Gabinete relação de Propac's instaurados no ano corrente.
OUTROS EXPEDIENTES:	
23	Correio eletrônico – nº 061 a 083
4	Memorandos – nº 065 a 068
63	Ofícios – 070 a 132
5	Despachos
0	Ofícios Conjuntos
0	Carta Convite

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

	PROCESSOS SEI GERADOS:
2	17.0.000000955-5 – Projeto – Cine Defensoria; <u>17.0.000000973-3</u> – Propõe criação de hot site, com vistas à coleta de sugestões da coletividade para a elaboração do Plano Estadual de Direitos Humanos, bem como de desenvolvimento de ferramenta virtual capaz de registrar relatos de violações de direitos humanos, compondo um banco de dados.

4.2 REPORTAGENS

Cartilha sobre direitos da pessoa com deficiência é apresentada no 1º Conatins

Publicado em 03/04/2017
Por: Rose Dayanne Santana

Durante o 1º Conatins – Congresso de Autismo do Tocantins, realizado em Palmas, a coordenadora do NDDH – Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins, Isabella Faustino, apresentou a cartilha sobre “Direitos da Pessoa com Deficiência”, e pontuou sobre as atribuições da Instituição, além de esclarecer dúvidas dos pais e profissionais de saúde sobre a temática. O evento foi organizado pela associação Anjo Azul e conta com apoio da Defensoria Pública.



“A publicação faz parte de uma série de cinco volumes, realizada pelo NDDH em 2016, a partir da campanha “Direitos Humanos: Eu defendo”, com foco na promoção da educação em direitos humanos, dos direitos fundamentais e da cidadania no Estado do Tocantins, uma tarefa que a Defensoria Pública desempenha de maneira permanente”, pontuou a Defensora Pública.

Isabella Faustino destacou ainda que a Cartilha tem uma linguagem simples e acessível, com textos e imagens que esclarecem a população com relação a conceitos, legislação, direitos, além da atribuição da Defensoria Pública. Em formato eletrônico, a cartilha pode ser baixada gratuitamente na página do NDDH na internet, no endereço ww2.defensoria.to.gov.br/nddh.

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

“Precisamos de momentos como este para estar juntos, e agir juntos na reafirmação diária dos direitos, para que eles, em suas especificidades, sejam respeitados e garantidos”, ressaltou Isabella Faustino.

De acordo com a presidente da Associação Anjo Azul, Rosa Helena Ambrósio, o evento superou as expectativas de público e discussões, e a participação da Defensoria Pública contribuiu de maneira significativa com o Congresso. “Foi um momento de muita aprendizagem para profissionais que atuam com a pessoa autista, e também para a família. A cartilha que a Defensora Pública apresentou é bem explicativa, de fácil entendimento, uma excelente iniciativa, uma vez que fala-se muito sobre a questão da saúde da pessoa com deficiência e pouco sobre direito”, relata.

Conatins

O 1º Conatins, realizado nos dias 30 e 31 de março no auditório do Ministério Público, reuniu pais e amigos, profissionais de Saúde e do Direito com o objetivo de discutir o diagnóstico, o tratamento e a inclusão dos autistas. Além da palestra sobre os direitos das pessoas com deficiência, foram debatidos os desafios da inclusão com a coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher (Caocid) do Ministério Público Estadual (MPE), Promotora de Justiça Thais Cairo, além de exposições sobre nutrição, distúrbios alimentares e tratamento biomédico.



Disponível em:



37

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/nddh/noticia/21814>>.

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

DPE-TO realiza audiência pública para discutir direito à moradia

Publicado em 06/04/2017

Rose Dayanne Santana

Integrando as atividades da II Semana Nacional de Luta pelo Direito à Moradia, a DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins realizará audiência pública para discutir a efetivação do direito social à moradia no campo e na cidade no Estado do Tocantins, no dia 7 de abril, no auditório da Instituição, em Palmas, das 8h às 12h. Para a Defensoria Pública, a audiência é momento para conferir visibilidade ao tema, fomentando o



aprimoramento das políticas públicas, projetos e programas relativos ao direito à moradia, e também para colher as demandas da população e dos movimentos sociais, entre outras informações para instruir Procedimentos Preparatórios para Ações Coletivas.

Serão convidados a participar da audiência pública membros da Defensoria Pública Estadual, do Ministério Público Estadual, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, a Comissão de Direitos Humanos, a Comissão de Relações Agrárias e a Comissão Especial de Direito Urbanístico da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Tocantins, Secretários do Executivo Estadual e Municipal da área afeta ao tema da audiência pública em questão, além de lideranças da sociedade civil organizada e dos Movimentos Sociais.

Conforme o Edital de Convocação, cada convidado poderá contar com até 10 minutos para explanação, e deve confirmar a participação com, pelo menos, três dias de antecedência. Para maiores informações, o Edital encontra-se anexado à matéria.

II Semana

Entre os dias 3 e 7 de abril, a DPE-TO realizará a II Semana Nacional de Luta pelo Direito à Moradia, em Palmas, com objetivo de proporcionar um amplo debate sobre a efetivação do direito à moradia na cidade e no campo, dar visibilidade às reivindicações pela observância desse direito e, ainda, contribuir no fortalecimento da participação social no processo de construção de políticas públicas. O evento, organizado pelos Núcleos Especializados de Defesa dos Direitos Humanos (NDDH), Defensoria Pública Agrária (DPAGRA) e de Ações Coletivas (NAC), contará com uma ampla programação, incluindo uma audiência pública, atendimentos coletivos, visita técnica, roda de conversa, lançamento de cartilha sobre a temática do direito à moradia, e cine debate.

Confira a programação completa no link <http://ww2.defensoria.to.gov.br/noticia/21719>

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/nddh/noticia/21760>>.

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

Direito à moradia é tema de roda de conversa na DPE-TO

Publicado em 07/04/2017
Por: Rose Dayanne Santana

A moradia digna é direito fundamental previsto em tratados internacionais de direitos humanos e na Constituição Federal Brasileira. No entanto, sua efetivação ainda é objeto de reivindicação por muitos brasileiros, seja no campo ou na cidade. “Direito à moradia não é só ter teto. Essa é uma ideia equivocada. Ter um teto que não abrigue com dignidade, sem estrutura mínima e serviços essenciais, tais como energia elétrica, água encanada, acesso à saúde, educação e transporte não é ter efetivado o direito à moradia”, afirma a



coordenadora do NDDH – Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos, defensora pública Isabella Faustino.

Ao relatar uma experiência em ações de reintegração de posse, a estudante do 7º período do curso de Direito Flávia Avelino destacou as implicações na vida das pessoas que passam por essa situação. “Quando você vai numa reintegração o que mais se vê são crianças, elas nascem e crescem em meio à uma vida de incertezas, e crescem achando que a vida é dessa forma, sem moradia digna. Em Palmas tem tanta área que não é utilizada, que devia ser disponibilizada para interesse social”.

Tais entraves para efetivação desse direito foram discutidos nesta quarta-feira, 5, com a presença de professores, acadêmicos e representantes de movimentos sociais, que participaram da Roda Conversa sobre “Direito à Moradia e Direitos Humanos”, realizada no auditório da DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins, em Palmas. A atividade faz parte da II Semana Nacional de Luta pelo Direito à Moradia.

O bate-papo foi conduzido pela defensora pública Isabella Faustino, e pelo professor da UFT – Universidade Federal do Tocantins e integrante do Coletivo Palmas Participa, João Bazolli, que apresentaram Cartilha elaborada pela Defensoria Pública em parceria com o coletivo Palmas Participa, ligado à Universidade Federal do Tocantins, sobre a temática da Roda, a partir de um convênio firmado entre as instituições.

Na oportunidade, a Isabella Faustino falou sobre as formas que Defensoria Pública pode atuar na demanda de moradia e também relatou casos de desocupações e reintegrações de posse acompanhadas pela Instituição.

“Nesse contexto, a Defensoria Pública cumpre papel fundamental, pois tem a missão constitucional de prestar assistência jurídica integral e gratuita, de promover os direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos, em todos os graus, da população vulnerável do ponto de vista econômico e social, dentre os quais se destaca o direito à moradia”, explica a Defensora Pública.

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

Ao apresentar o Coletivo Palmas Participa, que nasceu de um projeto de extensão da UFT, no intuito de promover um espaço real e concreto de debate sobre o direito à cidade, o professor João Bazolli pontuou também sobre a criação do Laboratório de Arquitetura e Direito, que vem para estruturar o monitoramento da efetivação do direito à cidade.

“Nosso objetivo é contribuir com a discussão do direito à cidade, para que consigamos nos fortalecer nesse debate no campo acadêmico dialogando com a comunidade, com as instituições e entidades”, ressaltou.

Outra questão destacada pelo professor foi a Medida Provisória nº 759, de 22 de dezembro de 2016, a qual dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal, entre outras providências. “São questões que nos afetam diretamente e estamos atrasados nesse debate. Nosso objetivo é fazer em breve uma audiência pública para debater os impactos dessa MP”, explicou.

Semana

As atividades da II Semana Nacional de Luta pelo Direito à Moradia seguem até o dia 7 de abril, em Palmas. Dia 6, está prevista uma visita técnica da Universidade Federal do Tocantins, por meio dos Laboratórios de Arquitetura e Direito à comunidade do Setor Lago Norte. E no dia 7, acontece uma audiência pública pela manhã e um cine debate no período da tarde. Faça sua inscrição pelo link <http://evento.defensoria.to.gov.br/ii-semana-nacional-da-luta-pelo-direito-a-moradia/inscricao/>

A Semana é organizada pelos Núcleos Especializados de Defesa dos Direitos Humanos (NDDH), Defensoria Pública Agrária (DPAGRA) e de Ações Coletivas (NAC), com apoio do Cejur – Centro de Estudos Jurídicos e da Universidade Federal do Tocantins.

40



Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/nddh/noticia/21870>>.

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

Direito à voz para a comunidade em audiência pública sobre moradia digna

Publicado em 07/04/2017

Por: Cinthia Abreu

“Há uma nação de homens excluídos da nação. Há uma nação de homens excluídos da vida. Há uma nação de homens calados, excluídos de toda palavra. Há uma nação de homens combatendo depois das cercas... A terra vale um sonho? A terra vale infinitas reservas de crueldade, do lado de dentro da cerca.” O trecho do poema “A Pedagogia dos Aços”, de Pedro Terra foi escrito há mais de 20 anos, *para* denunciar o massacre dos trabalhadores sem terra em Eldorado dos Carajás.



Bastante atual para ilustrar o momento de luta pelo direito à moradia em todo o País, ele foi lembrado na manhã desta sexta-feira, 7, na audiência pública que integra as atividades da II Semana Nacional de Luta pelo Direito à Moradia, realizada pela DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

A programação trouxe representantes da comunidade, movimentos sociais e órgãos públicos para debater a efetivação do direito social à moradia no campo e na cidade no Estado do Tocantins. O déficit habitacional no Brasil atualmente é de 7 milhões de famílias, o que se refere a cerca de 20 milhões de pessoas ou 10% da população, conforme dados do Ministério das Cidades. Neste contexto, o direito à moradia digna norteou todos os debates. “Os senhores vivenciam na pele a problemática da efetivação do direito à moradia. É muito importante que os debates se aprofundem, mas que tenhamos ações concretas e posições que venham realmente melhorar a vida das pessoas que necessitam desse direito”, declarou o superintendente de defensores públicos, Fábio Monteiro.

De acordo com o defensor público Pedro Alexandre Conceição, coordenador do DPAGRA – Núcleo da Defensoria Pública da Saúde, o objetivo foi o de colher as demandas da população e dos movimentos sociais, entre outras informações para instruir Procedimentos Preparatórios para Ações Coletivas. “Temos uma situação de especulação imobiliária na cidade e no campo, o que causa uma tensão social muito grande e acaba gerando uma dificuldade de regularização muito grande e até a violência no campo. Mas o momento hoje é mais de ouvi-los para traçarmos as nossas estratégias de atuação do que falarmos, para então agirmos ainda mais e darmos encaminhamento aos órgãos competentes”, disse o coordenador do DPAGRA.

Demandas

A desocupação na área intitulada “Casa Prometida”, na quadra T-23 do Steor Taquari, em Palmas, foi bastante lembrada na discussão. Na manhã de ontem eles foram informados pela imprensa sobre a reintegração de posse na área, porém, até o momento da audiência não havia sido feita notificação aos moradores. Representantes dos moradores, Ronaldo Carvalho, reforçou que não há para onde os moradores irem após a desocupação. “A nossa

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

situação piora a cada dia. Hoje pela manhã acordamos sem energia elétrica nas nossas casas. Nem notificação nós recebemos e já estão nos expulsando à força. Vão desocupar a área e para onde vamos”, questiona.

Representante da Comissão Pastoral Agrária, Rafael Oliveira, lembrou a violência nos conflitos agrários e os desafios enfrentados. “Hoje em dia a maior luta que a gente enfrenta não é com os proprietários de terras, mas com o Judiciário. Por mais que se tenham provas e um processo bem argumentado, ainda perdemos muito para a defesa dos grandes fazendeiros e grandes empresas. Não é papel do Judiciário promover a reforma agrária, mas também não é papel deles retirar aquelas famílias que já estão na terra há 60 ou 70 anos”, defende.

O presidente da Associação de Moradores do Lago Norte, Jales Nunes, reforçou sobre a importância da Defensoria Pública na luta pela moradia digna. “A Defensoria nunca nos abandonou. Por meio da atuação dela já conseguimos muitas conquistas como um pouco da infraestrutura e o ônibus urbano, mas sabemos que ainda há muito o que conseguir e já nos alegra saber que temos com quem contar nesta luta”, disse o presidente.

A representante do movimento quilombola, Ana Cláudia Mumbuca, lembra que o Tocantins conta atualmente com 43 comunidades certificadas, porém, não há nenhum território regularizado. “É muito triste ver um companheiro querer ter um lugar para morar e não ter. O momento é de cobrança, há muito para fazer, há muito para mudar. O Tocantins tem muitos conflitos territoriais e a nossa comunidade não pode ser esquecida”, expressou.

Participantes

42

Além de representantes da comunidade, movimentos sociais e da Defensoria Pública, a audiência pública contou também com a participação de representantes do Ministério Público Estadual, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, a Comissão de Direitos Humanos, a Comissão de Relações Agrárias e a Comissão Especial de Direito Urbanístico da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional do Tocantins, Secretários do Executivo Estadual e Municipal da área afeta ao tema da audiência pública em questão, além de lideranças da sociedade civil organizada e dos Movimentos Sociais.

A II Semana da Moradia teve início na segunda-feira, 3, e já houve atendimento coletivo em Pedro Afonso e em regiões do entorno da Capital. O evento foi também uma oportunidade dar visibilidade às reivindicações da sociedade pela observância do direito à moradia e, ainda, contribuir no fortalecimento da participação social no processo de construção de políticas públicas. O evento é organizado pelos Núcleos Especializados de Defesa dos Direitos Humanos (NDDH), Defensoria Pública Agrária (DPAGRA) e de Ações Coletivas (NAC). Além da audiência pública, a programação contou com atendimentos coletivos, visita técnica, roda de conversa, lançamento de cartilha sobre a temática do direito à moradia. Ainda nesta sexta-feira, 7, haverá o Cine Debate, com exibição do curta “Vila Soma”, de 14 às 17 horas.

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017



Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/nddh/noticia/21882>>.

Cine debate encerra a II Semana Nacional de Luta pelo Direito à Moradia

Publicado em 10/04/2017
Por: Rose Dayanne Santana

“Eu vim participar porque tenho interesse em ter mais conhecimento sobre a área do direito à moradia, e é uma área que gostaria de atuar. A Semana contribuiu muito para essa discussão, porque a maior parte das pessoas sofre por não ter conhecimento e deixar o próprio poder público tirar nossos direitos”. A fala é do estudante do 7º período do curso de Direito, Salomão Pereira, 67 anos, que além de participar de uma atividade complementar para a universidade, também veio contribuir como



43

cidadão para as discussões da II Semana Nacional de Luta pelo Direito à Moradia, realizada pela DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

As atividades da Semana foram encerradas nesta sexta-feira, 7, com o cine debate e exibição do curta-metragem Vila Soma, uma ocupação localizada no município de Sumaré, no estado de São Paulo, produzido por acadêmicas da Faculdade de Jornalismo da PUC-Campinas.

O curta traz depoimentos de moradores, trajetórias de vida, relatos de como chegaram à ocupação e de como foram acolhidos, além das dificuldades que passam diariamente, dentre as quais o preconceito e as incertezas que a falta de acesso ao direito à moradia trazem.

A Defensoria Pública do Estado de São Paulo assiste os moradores da ocupação. O cine debate foi coordenado pela defensora pública Isabella Faustino e pela professora da UFT – Universidade Federal do Tocantins e integrante do Laboratório de Arquitetura e Direito da Instituição, Olívia Maia; e contou com a presença de vários acadêmicos.

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

Na oportunidade, a Defensora Pública fez um balanço das atividades da Semana, pontuando ainda sobre atuação da Instituição em ações de desocupação e reintegração de posse, e das principais dificuldades para a efetivação do direito à moradia.

A professora Olívia Maia trouxe reflexões sobre práticas de lutas urbanas pelo direito à moradia, a partir da pesquisa que realizou em Palmas e na cidade de São Paulo, e também exibiu o vídeo sobre a reintegração de posse do edifício número 895 da Avenida Ipiranga, no centro de São Paulo, que abrigava cerca de 1.200 pessoas sem-teto, o qual continua vazio.

Semana

A II Semana Nacional de Luta pelo Direito à Moradia contou com uma ampla programação, incluindo uma audiência pública, atendimentos coletivos, visita técnica, roda de conversa, lançamento de cartilha sobre a temática do direito à moradia e cine debate. O evento foi organizado pelos Núcleos Especializados de Defesa dos Direitos Humanos (NDDH), Defensoria Pública Agrária (DPAGRA) e de Ações Coletivas (NAC), com apoio do Cejur – Centro de Estudos Jurídicos, e participação da Universidade Federal do Tocantins.



Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/nddh/noticia/21906>>.



MAIO

NDDH
Núcleo Especializado de
Defesa dos Direitos Humanos

DPE-TO
DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO TOCANTINS

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

5.1 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

DIA	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES
2	Reunião com SUDEF e NUAMac sobre atividades da Semana da Defensoria;
3	Reunião com DPG e NUAMac Palmas sobre atuações na área de diversidade sexual; Organização de Seminário de Educação em Direitos Humanos “Segurança, Democracia e a Cultura da Não Violência”; Elaboração de Roteiro de Evento - Semana do Defensor/ Dia internacional de Combate à Homofobia – Atuação conjunta com NUAMac/Palmas;
4	Apoio Operacional - Encaminha Resolução Conjunta CNCD-LGBT e CNPCP nº 1, de 15 de Abril de 2014 ao NUAMac;
5	Reunião do Comitê de Educação em Direitos Humanos com organizadores do Seminário “Segurança, Democracia e a Cultura da Não Violência”;
10	Apoio Operacional – Encaminha Recomendação sobre Revistas Vexatórias à Defensoria Pública de Miracema; Apoio Operacional – Encaminha modelo de roteiro de evento ao NUDECA;
15	Apoio Operacional – Encaminha modelos de Protocolos de Atuação ao NUDECA; Elaboração de Estudo NDDH nº 1.2017 sobre Consequências Jurídicas da Homofobia;
16	Apoio Operacional – Encaminha Estudo NDDH nº 03.2015 sobre Crianças e Adolescentes Desaparecidos ao NUDECA; Apoio Operacional – Encaminha material informativo sobre homofobia à coordenadora auxiliar do NDDH;
17	Reunião do Comitê de Diversidade Religiosa; Organização/Realização de evento – Mesa Redonda: Homofobia, reflexos psicossociais e consequências jurídicas – Atuação conjunta com o NUAMac;

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

22	Reunião da Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo;
23	Participação na Abertura da 11ª Mostra de Cinema e Direitos Humanos; Elaboração de Roteiro de Oficina e material expositivo sobre Ato Constitutivo de Organização Religiosa Sem Finalidade Lucrativa;
23 a 31	Adequação do Projeto Defensoria na Aldeia para participação em chamamento público do Ministério da Justiça e Segurança Pública;
25	Participação como ouvinte no Seminário X Diálogo Ambiental, promovido pela ESMAT; Reunião do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos;
26	Apoio Operacional – Encaminha Estudos NDDH sobre a Marcha da Maconha e Direitos do Preso à Coordenadora do NDDH;
30/05 a 1º/06	Organização/Realização do Seminário de Educação em Direitos Humanos “Segurança, Democracia e a Cultura da Não Violência”;
30	Participação na Abertura do Seminário de Educação em Direitos Humanos “Segurança, Democracia e a Cultura da Não Violência”;
31	Participação na mediação de mesa sobre Violência Institucional no Seminário de Educação em Direitos Humanos; Elaboração de Roteiro de Oficina e material expositivo sobre Rede de Proteção à Mulher vítima de Violência Doméstica;
OUTROS EXPEDIENTES:	
28	Correio eletrônico – nº 084 a 111
1	Memorando nº 069
5	Ofícios – 133 a 137
0	Despachos
0	Ofícios Conjuntos
0	Carta Convite
PROCESSOS SEI GERADOS:	

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

2	17.0.000001320-0 – Encaminhamento/providências; 17.0.000001355-2 – Solicitação.
---	--

5.2 REPORTAGENS

Debate na Defensoria Pública foca direitos fundamentais e respeito à diversidade sexual

Publicado em 17/05/2017

Por: Cinthia Abreu

O número de homicídios de pessoas gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais ultrapassam 300 casos e o Disque 100 recebeu mais de 2 mil denúncias de agressões contra gays, somente no ano passado. Há dificuldades no atendimento de saúde, jurídico, mercado de trabalho e principalmente discriminação nas relações sociais. Para tentar diminuir as graves consequências geradas pela homofobia – que vão do preconceito aos casos de assassinatos – a DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins promove nesta quarta-feira, 17,

a mesa redonda “Homofobia – Reflexos Psicossociais e Consequências Jurídicas”, em Palmas, Augustinópolis e Dianópolis.

Em Palmas, a mesa redonda foi aberta na manhã desta quarta-feira, 17, e contou com a participação de membros de instituições que representam as minorias, estudantes, Servidores da DPE-TO e representantes da sociedade civil em geral. À noite, haverá ainda debates nas cidades de Dianópolis e Augustinópolis. A programação celebra o Dia Internacional Contra a Homofobia e integra o calendário de atividades que comemora o Dia Nacional da Defensoria Pública e do Defensor Público, celebrado no dia 19 de maio.



48

Debate

No debate em Palmas, assuntos como violação de direitos humanos, direitos fundamentais, discriminação, conceito e resgate histórico sobre homofobia e homossexualismo estiveram em pauta, a partir do questionamento “Como as pessoas pensam e se comportam em relação ao respeito à diversidade sexual?”

A exposição de ideias contou com a participação do público presente e foram iniciadas pela mesa de debates composta pela professora da UFT – Universidade Federal do Tocantins Bruna Irineu; o professor da UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Marco José

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

Duarte; a representante da Comissão de Diversidade Sexual da OAB/TO – Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Tocantins, Karoline Chaves; a defensora pública Maurina Jácome, representando o NDDH – Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da DPE-TO; e a coordenadora do NUAmac – Núcleo Aplicado de Minorias e Ações Coletivas de Palmas, defensora pública Letícia Amorim.

Professor universitário no Rio de Janeiro, Marco José Duarte apresentou um resgate histórico sobre o tema. “Até 1990 os homossexuais eram considerados doentes mentais, até que um médico determinou que a homossexualidade não era uma doença, desde que os homossexuais se sentissem confortáveis com sua sexualidade”, lembrou o professor, acrescentando que deixar de considerar a homossexualidade como uma doença foi um dos maiores avanços na defesa dos direitos dos homossexuais e que o desafio continuou nas culturas de rejeição ao direito de opção sexual.

A professora da UFT Bruna Irineu relatou sobre o conceito de homofobia e os reflexos na sociedade. “A grosso modo, a homofobia estaria alocada em violências contra a população LGBT, mas este é um conceito muito simplório, já que vivemos em um contexto onde as desigualdades são muito intensificadas”, ressaltou. Já Karoline Chaves reforçou sobre a importância de se garantir os direitos fundamentais e o enfrentamento de alguns setores da sociedade em se discutir a política de discussão de gênero.

Direitos

Para a defensora pública Maurina Jácome Santana, o debate é importante para proporcionar uma visão multidisciplinar sobre a temática. Ela falou ainda sobre a atuação dos Núcleos de direitos humanos e de ação coletiva na defesa da comunidade LGBT, além de relembrar as conquistas já adquiridas pela Defensoria Pública, como o Nome Social no cadastro de atendimento.

Segundo a defensora pública Letícia Amorim, coordenadora do NUAmac Palmas – Núcleo Aplicado da Minoria e Ação Coletiva Palmas, os relatos apresentados subsidiarão Recomendações, ofícios e ações judiciais que serão propostas pela Defensoria Pública em defesa dos direitos fundamentais das pessoas vítimas de homofobia. “A sociedade tem que trilhar para se conseguir o respeito e a implantação de políticas públicas para que essas pessoas possam garantir o reconhecimento na sociedade e instituições”, defende.

Edital

Na ocasião, foi lançado edital para formação de coletivo permanente no NUAmac, que atuará com propostas, demandas e discussões na defesa da população LGBT. Estão disponíveis duas vagas para cada regional do NUAmac (Palmas, Gurupi, Dianópolis e Araguaína) e as inscrições devem ser feitas até o dia 17 de junho em cada regional do Núcleo. “A formação desse coletivo é de imensa importância na atuação da Defensoria para que possamos saber todas as demandas referentes ao movimento e que possamos atingir os objetivos relacionados às políticas públicas”, complementou.

Programação

Os debates nesta quarta-feira, 17, são realizados pelo CEJUR – Centro de Estudos Jurídicos da DPE-TO; pelos NUAmac’s – Núcleos Aplicados de Minorias e Ações Coletivas de

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

Palmas, Araguaína e Dianópolis; e pela Adpeto – Associação dos Defensores Públicos do Tocantins. Além de contarem com a parceria e apoio de outras instituições em cada cidade. Em Palmas, o evento também é realizado pelo NDDH – Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da DPE-TO e conta com a parceria do Núcleo de Pesquisas, Estudos e Extensão “Sexualidades, Corporalidades e Direitos; e da Comissão de Diversidade Sexual da OAB Tocantins. A programação em Palmas contou ainda com a participação do superintendente de Defensores Públicos do Tocantins, Fábio Monteiro; e a secretária estadual de Cidadania e Justiça, Gleidy Braga.



Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/nddh/noticia/22428>>.

50

Inscrições abertas para o Seminário de Educação em Direitos Humanos

Publicado em 26/05/2017

Por: Ascom Seduc-TO

Acontece de 30 de maio a 1º de junho, em Palmas, o Seminário de Educação em Direitos Humanos no Tocantins. O tema é Segurança, Democracia e Cultura da não violência, e as atividades serão realizadas no Cuica – Centro Universitário Integrado de Ciência, Cultura e Arte da UFT – Universidade Federal do Tocantins. O objetivo do seminário é promover um espaço de debate público sobre Educação e Direitos Humanos com foco na segurança pública e democracia, na redução das desigualdades e no enfrentamento de todas as violações de direitos humanos.



O Seminário é uma realização do Conselho Estadual de defesa dos Direitos Humanos e da Comissão Estadual de Educação em Direitos Humanos, dos quais o NDDH – Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins, é integrante.

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

O evento é uma atividade da sociedade tocantinense que busca o fortalecimento do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos na construção da cultura dos Direitos Humanos nas práticas pedagógicas, no sistema educacional, em especial, nos sistemas de segurança pública e justiça, bem como nos meios de comunicação.

Durante a realização das atividades, os participantes irão interagir, por meio de conferências e debates temáticos promovidos por profissionais de diversas áreas de conhecimento, principalmente os da área de Educação e Direitos Humanos, além de estudiosos, pesquisadores, líderes de movimentos sociais populares e autoridades, em níveis estadual e nacional.

Há vagas, no seminário, para a Polícia Militar, Segurança Pública, Sistema Penitenciário e Socioeducacional, universidades, sistema educacional, escolas públicas e privadas e gestores, organizações sociais, conselhos e sociedade civil.

Inscrições pelo [link](#).

Programação:

Dia 30 de maio às 19h30 – Credenciamento de abertura: Medo, violência e política de segurança – Palestrante Ênio Walcácer.

Dia 31 de maio, mesa-redonda das 8h às 12h e das 14h às 18h – Atividades: Violência Institucional com Jonatha Rospide; Criminalização dos Movimentos Sociais e Defensores dos Direitos Humanos, com Fernanda Calderaro da Silva; Sistema Prisional e Socioeducativo, com Tarsis Barreto Oliveira; Extermínio da juventude negra, com Rebecca Religare.

Dia 1º de junho pela manhã – Mesa-redonda: Desafios para a Educação em Direitos Humanos; Lançamento do pacto universitário; Fortalecimento do Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos.

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/nddh/noticia/22710>>.

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

Seminário debate Direitos Humanos com participação da Defensoria Pública

Publicado em 31/05/2017

Por: Cinthia Abreu

Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. Eles incluem o direito à vida e à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre muitos outros. Este é o foco do Seminário de Educação em Direitos Humanos, que acontece até quinta-feira, 1º, no auditório do Cuica, no campus de Palmas da UFT – Universidade Federal do Tocantins.



O evento é uma realização do Conselho Estadual de defesa dos Direitos Humanos e da Comissão Estadual de Educação em Direitos Humanos, dos quais o NDDH – Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins, é integrante.

A defensora pública Luciana Costa, que é coordenadora do NDDH, foi mediadora de mesa-redonda que aconteceu na manhã desta quinta-feira, 31. Na ocasião, foram tratados temas como “Violência Institucional” com Jonatha Rospide, “Criminalização dos Movimentos Sociais e Defensores dos Direitos Humanos” com Fernanda Calderaro da Silva, “Sistema Prisional e Socioeducativo” com Tarsis Barreto Oliveira e “Extermínio da juventude negra” com Rebecca Religare. Participaram do evento profissionais da área de Educação e Direitos Humanos, além de estudiosos, pesquisadores, líderes de movimentos sociais populares e autoridades, em níveis estadual e nacional.

52

Seminário

O Seminário busca o fortalecimento do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos na construção da cultura dos Direitos Humanos nas práticas pedagógicas, no sistema educacional, em especial, nos sistemas de segurança pública e justiça, bem como nos meios de comunicação. De acordo com a coordenadora do NDDH e mediadora da palestra, o evento é importante para quebrar paradigmas sobre a importância dos direitos humanos para todos. “As pessoas têm uma visão equivocada de que os direitos humanos são só para o preso, mas ele vai muito além, ele é importante para garantir os direitos de toda a comunidade, pois está presente em toda a condição humana”, declarou.

Na ocasião, ela falou ainda sobre a atuação do Núcleo de Direitos Humanos da DPE-TO e também sobre as diversas vertentes da Instituição. “A Defensoria tem ainda núcleos especializados para os direitos da mulher e ações coletivas das minorias, além dos Núcleos de Saúde, de defesa do preso, da criança e adolescente, da comunidade no campo e muito

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2017

mais. Além disso, atuamos com rodas de conversas, palestras e mediações, além do atendimento individualizado”, explicou.

Programação

Na quinta-feira, 1º, de 8 às 18 horas, haverá a mesa-redonda Desafios para a Educação em Direitos Humanos; Lançamento do pacto universitário; Fortalecimento do Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos.



Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/nddh/noticia/22777>>.



JUNHO

NDDH
Núcleo Especializado de
Defesa dos Direitos Humanos

DPE-TO
DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO TOCANTINS

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

6.1 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

DIA	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES
3	Organização/Realização de evento – Oficina sobre Rede de Proteção à Mulher vítima de Violência Doméstica (conversa com a diretora da Casa 8 de março sobre políticas públicas voltadas para o enfrentamento à violência contra a mulher e situação da aludida organização não governamental);
5	Encaminhamento de Projeto Defensoria na Aldeia para participação em chamamento público do Ministério da Justiça e Segurança Pública;
7	Apoio Operacional – encaminha modelo de petição inicial de Ação Indenizatória em caso de violência policial; Despacho à SUDEF com relação de conselhos, comissões e comitês que o NDDH integra;
9	Participação em reunião ordinária do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial;
12	Participação na inauguração do Núcleo Acolher; Elaboração de relatório de atividades referente ao mês de maio;
13	Assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre UFT (Palmas Participa) e DPE (NDDH);
14 a 17	Participação no Movimento Pela Vida;
14	Participação na abertura do Movimento Pela Vida, representando o NDDH/DPE; Apoio operacional – encaminha sugestões à DICOM em relação a banner sobre cotas étnico-raciais;
17	Organização/Realização de evento – Roda de Conversa sobre registro de casas de matriz africana no Movimento Pela Vida e intolerância religiosa;
19	Participação em reunião ordinária da Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo; Denúncia de violação de DH – recebimento de comunicação da 20ª

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

	Defensoria Criminal de Palmas, Dr. Danilo F. Michelini, sobre agressões suportadas por custodiado na CPPP (encaminhado ao NADEP);
20	Elaboração de ofício para o Comitê Estadual de Respeito à Diversidade Religiosa sobre laicidade do Estado e ensino religioso nas escolas; Participação como convidada na posse do Conselho Municipal de Igualdade de Racial e adesão da cidade de Palmas ao SINAPIR; Adequação do material de palestra sobre igualdade racial;
21	Participação em reunião ordinária do Comitê Estadual de Respeito à Diversidade Religiosa; Elaboração de ata da reunião ordinária do Comitê Estadual de Respeito à Diversidade Religiosa;
22	Denúncia de violação de DH – recebimento de comunicação sobre morosidade na apuração de caso de execução de indígena em Porto Nacional (caso Weré Xerente);
15 a 23	Elaboração de Informativo de Direitos Humanos nº1, ano III;
28	Organização/Realização de evento – Palestras (2) e Rodas de Conversa (4) sobre igualdade racial no Instituto Presbiteriano de Ensino – IPES; Lançamento do Projeto Defensores da Cidadania.
OUTROS EXPEDIENTES:	
10	Correio eletrônico – nº 112 a 121
0	Memorando
1	Ofício – 138
1	Despachos
0	Ofícios Conjuntos
0	Carta Convite
PROCESSOS SEI GERADOS:	
5	17.0.000001456-7 – Comunicados; 17.0.000001590-3 – Organização de Eventos;

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

	17.0.000001433-8 – Solicitação;
	17.0.000001651-9 – Solicitação;
	17.0.000001585-7 – Solicitação.

6.2 REPORTAGENS

DPE-TO participa de 17º Movimento pela Vida em Taquaruçu

Publicado em 13/06/2017
Por: Rose Dayanne Santana

A DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins, por meio do NDDH – Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos, participa da 17º Movimento pela Vida, que acontece de 14 a 17 de junho, no Colégio Estadual Duque de Caxias, no distrito de Taquaruçu, em Palmas, com objetivo fortalecer o respeito pela diversidade e a promoção da qualidade de vida. O tema desta edição é "E aí, tá ligado? Ligo em você, no próximo, no mundo?", cujo chamado é no sentido de termos em nossas mãos todos os instrumentos para oferecer as soluções que o mundo requer, e traz na



programação palestras, oficinas, atendimentos, vivências, shows, entre outras atividades.

A Defensoria Pública apoia o evento e participará efetivamente no dia 17 de junho, sábado, com a realização de Oficina de registro de Casas de Matriz Africana, das 8h30 às 10h30, na sala 12 do Colégio Estadual Duque de Caxias. A oficina será ministrada pela coordenadora auxiliar do NDDH, Maurina Jácome, e pela analista jurídico do Núcleo, Liz Marina Régis.

“A nossa participação na 17ª edição do Movimento Pela Vida, a exemplo das edições anteriores, é com intuito de promover e incentivar a constante e efetiva participação da sociedade civil na divulgação e no aperfeiçoamento nas questões inerentes aos direitos humanos, bem como de concretizar atribuições deste Núcleo Especializado no sentido da atuação em conjunto com a sociedade civil e órgãos públicos que atuem em favor dos direitos humanos, especialmente em atenção à participação da Defensoria Pública no Comitê Estadual de Respeito à Diversidade Religiosa”, afirmou a defensora pública Maurina Jácome.

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/nddh/noticia/22962>>.

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

Diversidade religiosa é tema de atividade da DPE-TO no 17º Movimento pela Vida

Publicado em 19/06/2017

Por: Rose Dayanne

A liberdade religiosa é um direito fundamental, previsto em vários tratados internacionais, como na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Pacto dos Direitos Civis e Políticos, e também está prevista no art. 5º, incisos VI e VIII, da Constituição Federal, que contempla o direito à liberdade de pensamento ou consciência, de crença e de culto e, ainda, a proteção aos locais de culto e de suas liturgias.



Durante o 17º Movimento pela Vida, realizado no distrito de Taquaruçu, em Palmas, a DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins, por meio do NDDH – Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos, participou de um bate-papo sobre diversidade religiosa, com foco no respeito às religiões de matriz africanas e tirou dúvidas sobre a regularização e registro das casas de cultos.

“A discriminação contra as religiões de matriz africana ainda é uma realidade frequente e infeliz no Brasil, ainda se vê notícias de casas de cultos sendo atacadas, assim como seus membros. O bate-papo foi ótimo e muito bom pra nos despir do preconceito que a nossa formação nos conduz”, destacou a coordenadora auxiliar do NDDH, Maurina Jácome. A assistente do Núcleo, Tatiane Dias Medeiros, também participou da atividade.

58

Segundo Maurina Jácome, atualmente em Palmas existem mais de 80 casas de cultos que funcionam na informalidade, sem ato jurídico constitutivo. “Tiramos dúvidas sobre como fazer e vamos disponibilizar o material para quem tiver interesse. Além disso, a Defensoria Pública está à disposição para tirar dúvidas e auxiliar juridicamente nesse processo de regularização das casas de matriz africana”, ressaltou.

Participaram da atividade também Elianildo Nascimento, Comitê Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa - SDH Nacional, Pastor Ricardo Vargas e Gilabner Sousa, integrantes do Comitê Estadual de Respeito à Diversidade Religiosa.

Movimento Pela Vida

Em sua 17ª edição, o evento tem como objetivo fortalecer o respeito pela diversidade e a promoção da qualidade de vida, e foi realizado entre os dias 14 e 17 de junho, no Colégio Estadual Duque de Caxias, no distrito de Taquaruçu, em Palmas. O tema deste ano foi "E aí, tá ligado? Ligado em você, no próximo, no mundo?", um chamado no sentido de termos em nossas mãos todos os instrumentos para oferecer as soluções que o mundo requer. Na programação tiveram programação palestras, oficinas, atendimentos, vivências, shows, entre outras atividades.

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017



Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/nddh/noticia/23008>>.

Comitê de Respeito à Diversidade Religiosa realiza reunião na DPE-TO

Publicado em 27/06/2017

Por: Rose Dayanne

Representantes do Comitê Estadual de Respeito à Diversidade Religiosa realizaram reunião ordinária no último dia 21 de junho, na sede da DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins, que também integra o órgão colegiado, para debater sobre laicidade do Estado e fazer o alinhamento das atividades realizadas. Um dos pontos da reunião foi o repasse das atividades realizadas durante a programação do 17º Movimento Pela Vida, que aconteceu em junho, no Distrito de



Taquaruçu, em Palmas, e um dos principais pontos retirados da participação dos integrantes do Comitê foi quanto à preocupação com a impunidade no caso da violação de liberdade religiosa.

Também durante o evento, foi realizada uma reunião informal pelo Comitê Estadual com o representante do Comitê Nacional, Elianildo Nascimento, no tocante à proposta de realização do Encontro Nacional dos Comitês de Diversidade Religiosa.

O debate sobre a laicidade do Estado é pauta constante nas reuniões do Comitê, onde os representantes de cada seguimento religioso expõem o ponto de vista e contribuem para o avanço dessa discussão no Tocantins.

Na reunião também foi destacada a importância da criação de delegacias especializadas e combate à discriminação racial e crimes de intolerância, uma vez que no Brasil existem apenas seis delegacias.

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2017

Na próxima reunião ordinária do Comitê, marcada para o dia 19 de julho, na sede da Defensoria Pública, em Palmas, será dada continuidade ao debate sobre laicidade no Estado e também nas instituições de Ensino e todos estão convidados a participar.



Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/nddh/noticia/23096>>.

Defensoria Pública debate igualdade racial com estudantes

Publicado em 28/06/2017

Por: Cinthia Abreu

60

“Às vezes a gente anda na rua à noite, vê um homem negro no ponto de ônibus e fica com medo. Acredito que aí já estamos sendo preconceituosos sem perceber.” A reflexão de uma estudante de 14 anos do Instituto Presbiteriano de Palmas foi exposta na manhã desta quarta-feira, 28, na palestra e roda de conversa sobre Igualdade Racial da DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins. A programação integra o projeto “Defensores da Cidadania”, do NDDH – Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos, que vai



levar palestras e rodas de conversa sobre diferentes temas às unidades escolares. A atividade foi coordenada pela defensora pública Maurina Jácome Santana, coordenadora interina do NDDH, que ministrou palestra juntamente com a analista jurídica do Núcleo, Liz Marina Regis Ribeiro, para cerca de 150 alunos, de 11 a 15 anos, de turmas do 8º e 9º ano do Instituto Presbiteriano de Palmas. De acordo com a Defensora Pública, o objetivo é contribuir para a promoção de direitos humanos à juventude.

Temáticas como preconceito, racismo, identidade visual, injúria qualificada, cultura e religiões afrodescendentes, políticas públicas, leis para promoção de igualdade racial foram debatidos com foco no conceito, situações cotidianas, as formas de prevenção e enfrentamento. “Quando a gente privilegia uma determinada raça, cor da pele ou tipo de

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

cabelo em detrimento de outra já estamos contribuindo com diversas formas de preconceito, de racismo e consequentemente com a desigualdade racial”, disse a defensora pública Maurina Jácome Santana.

Após as palestras, as turmas se dividiram para rodas de conversa, onde os alunos puderam expor as suas ideias e debatê-las com a equipe do NDDH. “A ideia é que daqui para frente vocês possam reproduzir uma visão diferente, que promova a igualdade racial”, complementou Liz Marina.

Projeto

O projeto “Defensores da Cidadania” é uma iniciativa da DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins, por intermédio do Núcleo de Direitos Humanos e Cejur – Centro de Estudos Jurídicos. O objetivo é contribuir para a promoção dos direitos humanos, com especial ênfase para a sensibilização e conscientização, por meio de uma aprendizagem que contribua com a formação protagonistas na defesa e efetivação dos direitos e garantias fundamentais, junto à comunidade em que estão inseridos, e com vistas à construção e consolidação da cidadania ativa.

O público alvo não se limita à comunidade escolar, e visa promover a educação em direitos humanos em outros espaços comunitários, tais como centros de convivências, abrigos, instituições públicas e privadas e centros de referência em assistência social, dentre outros.

Participe

Para ter acesso ao material, solicitar a assessoria ou a realização de palestras, basta entrar em contato com o NDDH (3218-6953) e informar a temática que será abordada. O núcleo especializado poderá ainda prestar apoio logístico e elaborar roteiros com a adequação da metodologia adequada a cada público alvo nas ações demandadas, além disso, serão disponibilizados materiais educativos e assessoria para realização das palestras.

61



Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/nddh/noticia/23111>>.



JULHO

NDDH

Núcleo Especializado de
Defesa dos Direitos Humanos

DPE-TO

DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO TOCANTINS

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

7.1 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

DIA	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:
4	Elaboração de Roteiro de Evento – Lançamento de Livros RAICE, em atuação conjunta com a COETRAE/TO;
7	Encaminha Informativo NDDH, Ano III, Número I, Junho de 2017; Denúncia de violação de DH – recebimento de comunicação sobre tortura em estabelecimento prisional praticada por violência policial em Wanderlândia – Defensoria de Wanderlândia, Felipe Fernandes de Magalhães; Participação como ouvinte em lançamento de projeto no Palácio Araguaia;
14	Denúncia de violação de DH – recebimento de comunicação sobre violação de direitos humanos por policiais militares em área ocupação urbana – assistida Jane Ribeiro Brandão Mendes; Realização de Atendimento SOLAR autuado sob o nº 170714.000.424 - Jane Ribeiro Brandão Mendes; Elaboração de certidão de comparecimento de Jane Ribeiro Brandão Mendes na Defensoria Pública; Reunião na Controladoria Geral do Estado para orientações sobre elaboração de projetos para captação de recursos do Ministério dos Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;
19	Reunião na UNITINS para apresentação de projeto (SINAPIR) e busca de parceria para execução e capacitação de servidoras do NDDH;
21	Participação e composição de mesa em solenidade de posse do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (Compir);
24	Reunião na Escola Municipal da Vila União para apresentação do Projeto Defensores da Cidadania;
5 a 31	Elaboração de Projeto para concorrer ao Edital SINAPIR nº 4/2017, para fortalecimento do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial
31	Elaboração de Roteiro de Atividades do NDDH de Junho.

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

	OUTROS EXPEDIENTES:
13	Correio eletrônico – nº 122 a 134
0	Memorando
10	Ofícios – nº 139 a 148
3	Despachos
0	Ofícios Conjuntos
0	Carta Convite
	PROCESSOS SEI GERADOS:
5	17.0.000001873-2 – Compra direta (livro para Projeto Banco de Teses e Jurisprudências) 17.0.000001784-1 – Comunicados; 17.0.000001764-7 – Encaminhamento/Providências; 17.0.000001914-3 – Requerimento; 17.0.000001770-1 – Seleção de Estagiários.



AGOSTO

NDDH

Núcleo Especializado de
Defesa dos Direitos Humanos

DPE-TO

DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO TOCANTINS

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

8.1 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

DIA	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES
2	Denúncia de violação de DH – recebimento de Memorando nº 43/2017, encaminhado pela 4ª Defensoria Pública de Gurupi, por meio da Dra. Mônica Prudente Cançado, sobre espancamentos supostamente ocorridos no Centro de Reeducação Social Luz do Amanhã (CRSLA).
3	Elaboração do projeto “Defensores da Igualdade Racial” para participação na chamada do Edital nº 4/2017 da Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial/PR (SICONV); Elaboração minuta de carta de anuência para parceria com a Unitins no projeto “Defensores da Igualdade Racial”.
7	Apoio operacional – (Marcus.vb no email) - Encaminhamento de modelo de ação ordinária de reparação de danos, em caso de tortura, via EMAIL/NDDH/DPETO Nº 140/2017.
9	Realização de evento – Lançamento de Livros RAICE, em atuação conjunta com a COETRAE/TO;
10	Participação em Reunião do Comitê Estadual de Promoção da Igualdade Racial; Apoio operacional - Encaminhamento de modelo de ofício de comunicação sobre as Conferências de Promoção da Igualdade Racial, via EMAIL/NDDH/DPETO Nº 147/2017, ao Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial - CEPİR.
16	Participação em Reunião do Comitê Estadual de Respeito à Diversidade Religiosa; Elaboração de minuta de impugnação à contestação no processo nº0002378-43.2017.827.2737 - Atuação Conjunta com a 7ª Defensoria Pública de Porto Nacional.
17	Elaboração e encaminhamento de Ata da reunião do Comitê de Respeito à Diversidade Religiosa ocorrida em 16.08.2017.

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

18	Apoio Operacional - Departamento de Publicidade – para revisão de texto para <i>post</i> sobre nazismo, via EMAIL/NDDH/DPETO Nº 149/2017; Distribuição de 30 cartilhas informativas sobre Diversidade Religiosa para a UFT (aluno do curso de Antropologia).
23	Participação do I Seminário Municipal de Acessibilidade Cultural de Palmas com o tema “Acessibilidade nos equipamentos, eventos e Pontos de Cultura”; Apoio Operacional – Nuamac Palmas - Encaminhamento de roteiro sobre homofobia e estudo sobre as consequências jurídicas da homofobia, via EMAIL/NDDH/DPETO Nº 149/2017.
24	Participação em reunião de apresentação de projeto de formação em libras, com a professora da rede municipal Shirley.
25	Participação da 2ª edição do Seminário Direito à Terra e os Conflitos Agrários no Tocantins.
28	Participação em reunião Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, no Centro de Direitos Humanos de Palmas/TO; Apoio operacional - Departamento de Publicidade – Revisão de texto para <i>post</i> sobre trabalho escravo e aprovação de banner, via EMAIL's/NDDH/DPETO Nº 155, 156 e 157/2017.
29	Participação em reunião de apresentação do projeto municipal “Palmas que te Acolhe”; Participação em reunião extraordinária do Comitê Estadual de Respeito à Diversidade Religiosa com integrante do Comitê Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa;
30	Participação em audiência pública, cuja temática foi “A realidade da mulher negra na cidade de Palmas”, ocorrida na Câmara Municipal de Palmas.
31	Inspeção no Centro de Reeducação Luz do Amanhã – Cariri/TO – Atuação conjunta com o NADEP; Solicitação de apoio operacional – 1ª Defensoria Pública de Paraíso – para inclusão de assistida no Programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas (PROVITA).

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

	OUTROS EXPEDIENTES:
38	Correio eletrônico – nº 124 a 161
0	Memorando
01	Ofício nº 149
1	Despachos
03	Ofícios Conjuntos (NADEP)
01	Recomendação Conjunta (NADEP) nº 1/2017
0	Carta Convite
	PROCESSOS SEI GERADOS:
2	17.0.000002147-4 – Solicita cobertura jornalística do evento “Acessibilidade nos equipamentos, eventos e Pontos de Cultura”; 17.0.000001943-7 – Solicita ao NUDECA informações atualizadas referentes às unidades de atendimento socioeducativos de meio fechado.

68

8.2 REPORTAGENS

Trabalho escravo é tema de debate na Defensoria Pública do Tocantins

Publicado em 09/08/2017
Por: Cinthia Abreu

O Tocantins é um dos quatro estados com maior incidência de trabalho escravo no país, conforme levantamento da CPT - Comissão Pastoral da Terra. Nos últimos dez anos, em todo o Estado, mais de 3 mil pessoas foram libertadas de propriedades em condição análoga à de escravidão, principalmente nas áreas de áreas da pecuária, carvoaria e lavoura. Para tentar reduzir tais números, existe no Tocantins a Coetrae-TO - Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo,



RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

que conta com a participação da DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins, e realizou Roda de Conversa sobre o assunto, na manhã desta quarta-feira, 09, no auditório da DPE-TO em Palmas.

A programação contou com o lançamento dos livros "Entre idas e vindas: no dinâmicas de migração para o Trabalho Escravo" e "Por debaixo da floresta: amazônia paraense saqueada com o trabalho escravo", elaborados pela Comissão Pastoral da Terra e Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos.

Debate

A Roda de Conversa foi mediada pela defensora pública Isabella Faustino Alves e abordou dados atuais sobre o Trabalho Escravo Contemporâneo e o conteúdo dos livros. Os debates contaram com a participação de Frei Xavier Plassat e Brígida Rocha, e foram voltados para a sensibilização e conscientização acerca da erradicação do trabalho escravo contemporâneo.

Agente da Comissão Pastoral da Terra (CPT Araguaia-Tocantins) e coordenador da Campanha Nacional da CPT de Combate ao Trabalho Escravo, Frei Xavier Plassat explicou que os casos mais frequentes de trabalho escravo no Tocantins estão especialmente na região Sudeste. Segundo ele, o trabalho escravo se sustenta em três pilares, a miséria, a impunidade e a ganância. “São pessoas que morrem por exaustão e fome, que se submetem a trabalhos desumanos. Estamos há mais de 20 anos tentando combater o trabalho escravo, mas o que percebemos é que, por muitas vezes. O assunto se torna invisível para toda a sociedade”, explicou.

Assistente social e especialista em Gestão Pública pela Universidade Estadual do Maranhão (Uema), Brígida Rocha explicou que o seu livro – “Entre Idas e Vindas” resgata um panorama sobre o trabalho escravo no Tocantins e Maranhão. “Abordamos o não reconhecimento do trabalho escravo pela sociedade e também a morosidade da Justiça”, adianta. Segundo ela, o Maranhão, Tocantins, Pará e Piauí são os estados com os maiores índices de trabalho escravo no País.

Comissão

A defensora pública Isabella Faustino Alves considera que é uma honra para a Defensoria sediar o debate sobre o trabalho escravo. “A Defensoria tem essa bandeira como algo muito caro. Essa mazela social atinge, indiscriminadamente, o público alvo da Defensoria Pública. São pessoas hipossuficientes e de vulnerabilidade social. Então, essa situação é de suma importância para a efetiva redução das desigualdades sociais e, sobretudo, de promoção da dignidade da pessoa humana. A Defensoria se junta a essa luta pela efetiva erradicação do trabalho escravo”, disse a defensora pública Isabella Faustino Alves.

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2017



Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/nddh/noticia/23632>>.



SETEMBRO

NDDH

Núcleo Especializado de
Defesa dos Direitos Humanos

DPE-TO

DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO TOCANTINS

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

9.1 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

DIA	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES
04	Participação em reunião com a equipe do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; Participação em reunião com a equipe do MNPCT, na área da infância – atuação conjunta com NADEP.
14	Solicitação de apoio operacional - Defensoria de Tocantínia – requer incursão do Projeto Defensores da Cidadania, nos municípios de Lajeado e Tocantínia em 2018.
15	Participação em reunião com a técnica de audiovisual da Fundação Cultural de Palmas, para apresentação do Projeto Cine Defensoria.
20	Participação em reunião do Comitê Estadual de Respeito à Diversidade Religiosa; Denúncia de violação de DH – recebimento de Ofício nº 113/2017, encaminhado pela 3ª Defensoria Criminal de Araguatins, por meio do Dr. Gildevan Sousa Silva, sobre agressões sofridas por encarcerado na Cadeia Pública de Araguatins.
21	Realização de inspeção em Escolas Municipais de Palmas – Anne Frank e ETI Padre Josimo – atuação conjunta com NUDECA.
24	Participação em reunião no Instituto Presbiteriano de Ensino, para receber material de audiovisual produzido pelos alunos (Igualdade Racial/Projeto Defensores da Cidadania). Elaboração de relatório de inspeção em Escolas Municipais de Palmas – Anne Frank e ETI Padre Josimo – atuação conjunta com NUDECA.
25	Realização de vistoria na escola Municipal Morada do Sol – atuação conjunta com o NUDECA; Denúncia de violação de DH – recebimento de Ofício nº 5/2017, da 9ª Defensoria Pública de Gurupi, por meio da Dra. Lara Gomides, sobre a realização de revista vexatória nos socioeducandos da Unidade de

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

	Semiliberdade de Gurupi.
26	Participação no evento “Encontro de Políticas de Reintegração e Alternativas Penais do Tocantins”; Elaboração de relatório de inspeção de averiguação de denúncias de violações de direitos fundamentais supostamente sofridas por usuários do sistema de ensino público municipal, ocorridas em razão da greve dos professores e servidores da educação do município de Palmas.
27	Realização de vistoria nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIS) - Fontes do Saber (Taquari) e Cantinho da Alegria (Santa Bárbara). – atuação conjunta com o NUDECA.
28	Participação na IV Conferência Regional de Igualdade Racial, em Porto Nacional.
28 e 29	Participação na III Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Palmas – atuação conjunta com DPAGRA.
29	Solicitação de apoio operacional - recebimento de comunicação via SEI nº 17.0.000002531-3, para incursão ao Pântano do Papagaio, para suporte de acompanhamento de cumprimento de mandado de reintegração de posse.
	OUTROS EXPEDIENTES:
10	Correio eletrônico – nº 162 a 171
01	Memorando – nº 170
05	Ofícios – nº 150 a 155
02	Despachos
05	Solicitações

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

9.2 REPORTAGENS

Defensoria Pública solicita reativação de escola para reeducandos do presídio de Cariri

Publicado em 11/09/2017
Por: Cinthia Abreu

A DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins, por intermédio do Nadep – Núcleo Especializado de Assistência e Defesa do Preso e NDDH – Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos, solicitou a imediata reativação da escola do Centro de Reeducação Social Luz do Amanhã, no município de Cariri do Tocantins. O Núcleo oficiou a Secretaria Estadual de Cidadania e Justiça, após a realização de vistoria no local.



Conforme a defensora pública Napociani Póvoa, coordenadora do Nadep, é imprescindível a oferta de estudo aos reeducandos, visando sua ressocialização e capacitação. Diante disso, o problema demanda medidas efetivas para a continuidade das atividades escolares. Segundo a Defensora Pública, a escola da unidade encontra-se desativada atualmente, supostamente pela falta de segurança para os profissionais da educação atuarem dentro do estabelecimento.

74

O documento é assinado pelas defensoras públicas Napociani Póvoa, coordenadora do Nadep, Luciana Costa, coordenadora do NDDH, foi protocolado na quarta-feira, 6, e estipula o prazo de dez dias para respostas.

Vistoria

Na ocasião, as Defensoras Públicas e equipe de Servidores do Nadep e NDDH realizam vistoria na unidade prisional, verificando as condições de infraestrutura e cumprimento de pena, e ainda fizeram entrevistas individuais. O presídio conta atualmente com 333 internos, sendo 315 presos condenados e 18 provisórios.

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/nddh/noticia/24035>>.

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

DPE-TO requer instauração de PAD para apurar denúncia de tortura no presídio de Cariri

Publicado em 19/09/2017

Por: Cinthia Abreu

A DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins, por intermédio do Nadep – Núcleo Especializado de Assistência e Defesa do Preso e do NDDH – Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos, requereu à Secretaria Estadual de Segurança Pública (SSP) a instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD) para apurar denúncias de maus-tratos e tortura praticados por agentes contra presos do Centro de Reintegração Social Luz do Amanhã, localizado no município de Cariri, região sul do Tocantins, assim como o afastamento cautelar dos envolvidos.



“Os presos da unidade confeccionaram carta relatando diversas violações e, segundo os relatos trazidos, durante suposto curso de treinamento, agentes teriam, deliberadamente, empreendido condutas de tortura em face de diversos presos da unidade prisional, havendo espancamentos e agressões injustas e não provocadas, inclusive contra presos imobilizados. Corroborando com as situações relatadas pelos presos, durante audiência de um dos presos, perante o Juízo da Execução da Comarca de Gurupi, ele relatou agressões físicas, ocasionadas por agentes de Palmas dentro da unidade prisional de Cariri. Há também um laudo pericial, feito após a audiência, que confirma as agressões relatadas pelo Assistido”, relata a coordenadora do Nadep, defensora pública Napociani Pereira Póvoa.

75

Entenda o Caso

Com ausência de retorno de informações por parte da Secretaria de Cidadania e Justiça, os Núcleos Especializados também realizaram uma inspeção no dia 31 de agosto no Centro de Reeducação Social Luz do Amanhã. “Verificou-se pelo relato de diversos presos da unidade que vêm ocorrendo reiteradas ilegalidades dentro da unidade prisional, consubstanciadas em atos de agressão física e moral e até mesmo tortura por parte de agentes da Unidade”, apontou.

Segundo a Defensora Pública, os relatos foram realizados por diversos presos de diferentes áreas da unidade, o que implica na necessidade de apuração das condutas mencionadas com a devida responsabilização dos agentes, na esfera administrativa, bem como na esfera criminal, uma vez comprovadas as denúncias. Já o afastamento cautelar visa evitar possíveis coações aos presos durante o período investigativo.

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

O caso é acompanhado pela Defensoria Pública desde que foi noticiada aos Núcleos Especializados a ocorrência de atos de agressão, ameaça e tortura na Unidade Prisional, nos dias 25 e 26 de julho. No dia 04 de agosto, com objetivo de explicitar o caso, a DPE-TO protocolou um pedido de instauração de PAD junto à Secretaria Estadual de Cidadania e Justiça, no entanto, até o momento não obteve nenhum retorno sobre a instauração ou andamento do Procedimento. O requerimento foi protocolado na sexta-feira, 15.

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/noticia/24071>>.

Defensoria sedia o 1º Encontro de Políticas de Reintegração e Alternativas Penais do Tocantins

Publicado em 26/09/2017
Por: Cinthia Abreu

A DPE-TO – Defensoria Pública do Estado do Tocantins sediou nesta terça-feira, 26, o 1º Encontro de Políticas de Reintegração e Alternativas Penais do Tocantins. Na ocasião, servidores do sistema penitenciário e das centrais de execuções penais e medidas alternativas, além de membros dos Conselhos da Comunidade de Execução Penal, estiveram presentes na abertura. O evento é promovido pela Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju), em Palmas



Os defensores públicos Fábio Monteiro, Fabrício Brito, Wanessa Rodrigues e Dianslei Santana participaram da programação. O objetivo é o de promover a formação aos servidores da Seciju e outros profissionais da rede de apoio à execução penal do Estado do Tocantins. O evento reúne diversos especialistas estaduais e nacionais no assunto e os debates focam dois eixos - Punir e ressocializar, defendidos na Lei de Execução Penal (LEP), que prevê tanto a punição pelos crimes praticados por indivíduos, por meio do encarceramento ou outras alternativas penais, mas também formas de recuperação visando o bom convívio social pós cumprimento de penas.

Programação

Durante o encontro, a coordenadora de Apoio ao Ensino do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Letícia Maranhão, e o coordenador geral de Alternativas Penais do órgão, Talles Andrade de Souza, farão as palestras “Contextualização das Assistências às Pessoas Privadas de Liberdade na Execução Penal” e “Evolução Histórica da Política de Penas e Medidas Alternativas no Brasil”, respectivamente.

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2017

A programação contou ainda com o lançamento do livro “Eye for an eye: um debate sobre prisões”, do professor universitário André Luiz Augusto, membro do Comitê Estadual de Educação nas Prisões (Comep-TO), representando a Universidade Federal do Tocantins (UFT). Os trabalhos foram desenvolvidos por reeducandos em unidades prisionais tocaninenses e foram expostos durante o evento.



Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/noticia/24201>>.

DPE-TO participa de Conferência de Igualdade Racial em Palmas e Porto Nacional

Publicado em 29/09/2017

Por: Rose Dayanne Santana e Cinthia Abreu

77

A Conferência de Promoção da Igualdade Racial do Tocantins teve edições em Palmas e Porto Nacional com a participação de representantes da Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO). A programação aconteceu nesta quinta-feira, 28, com debates em Porto Nacional no auditório da Universidade Federal do Tocantins e em Palmas no auditório da Faculdade Católica. A partir do tema “o Brasil na Década dos Afrodescendentes: reconhecimento, justiça, desenvolvimento e igualdade de direitos”,

os participantes discutiram questões voltadas ao enfrentamento do racismo, a conquista de novos direitos e o combate à discriminação e demais formas de intolerância, conforme as orientações nacionais.



A discussão em ambos os municípios contou com a participação das servidoras do NDDH – Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos, Liz Marina Régis e Tatiane Dias e foi construída a partir dos quatro eixos temáticos: I- Do reconhecimento dos afrodescendentes; II - Da garantia de justiça aos afrodescendentes; III - Do

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

desenvolvimento dos afrodescendentes; IV - Discriminação múltipla ou agravada dos afrodescendentes.

Porto Nacional

O evento em Porto Nacional foi organizado pelo Conselho Estadual de Promoção e Igualdade Racial (CEPIR) em parceria com a DPE-TO, por meio do Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos (NDDH). As defensoras públicas Denize de Souza Leite e Kênia Martins participaram dos debates, com o objetivo de discutir soluções para o enfrentamento ao racismo e dar visibilidade às demandas discutidas nos eixos. Desta forma, debates como atendimento e visibilidade às comunidades quilombolas e das religiões de terreiro e grupos de afirmações estiveram em pauta. Na ocasião, a defensora pública Denize foi eleita como delegada do poder público estadual.

Palmas

Sob a força rítmica dos tambores do grupo Tribo Arte Capoeira, a abertura da III Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Palmas, no auditório da Universidade Católica do Tocantins, foi marcada pelas discussões sobre reconhecimento, garantia de justiça e desenvolvimento, envolvendo as comunidades afrodescendentes e indígenas e demais segmentos etno-raciais presentes na Capital. O defensor público Fabrício Brito compôs mesa de honra e falou sobre a discriminação racial e o combate ao preconceito, além de destacar a atuação da Defensoria Pública em defesa da igualdade racial, por intermédio do NDDH – Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos, do qual ele é coordenador interino.

A III Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Palmas tem continuidade nesta sexta-feira, 29, com debates e eleição de delegados.

78



Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/nddh/noticia/24296>>.



OUTUBRO

NDDH
Núcleo Especializado de
Defesa dos Direitos Humanos

DPE-TO
DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO TOCANTINS

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

10.1 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

DIA	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES
02	Participação em Audiência Pública: Política Pública Integral para Pessoa Idosa no Parque Municipal da Pessoa Idosa: Francisco Xavier de Oliveira;
03	Participação em reunião ordinária da COETRAE/TO;
10	Apoio operacional – atuação conjunta com 3ª Defensoria Pública Cível de Porto Nacional – Dra. Denize Souza Leite – acompanhamento da desocupação do Assentamento Pântano do Papagaio, em Ipueiras e Brejinho de Nazaré;
18	Participação em reunião ordinária do Comitê de Respeito à Diversidade Religiosa;
25	Participação em Capacitação em Disque 100, promovida pelo CONDEGE e SDH/PR, em Brasília; Participação em Conferência Regional de Igualdade Racial de Augustinópolis – atuação conjunta com CEPPIR/TO e NUAMAC/Araguaína;
26	Participação em reunião ordinária do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos – CEDDH/TO; Participação em Conferência Regional de Igualdade Racial de Araguaína – atuação conjunta com CEPPIR/TO e NUAMAC/Araguaína;
25 a 27	Participação em seminários e cursos do VI Congresso Internacional de Direitos Humanos;
27	Reunião no Colégio Militar com a professora Poliana Alves de Oliveira sobre realização de atividade do Projeto Defensores da Cidadania para os alunos do 3º ano do ensino médio.
	OUTROS EXPEDIENTES:
23	Correio eletrônico – nº 172 a 194
0	Memorando

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

01	Ofício – nº 156
01	Despacho
	PROCESSOS SEI GERADOS:
2	17.0.000002810-0 – Organização de eventos - SEMINÁRIO TRABALHO ESCRAVO HOJE: REALIDADE E DESAFIOS; 17.0.000002786-3 – Organização de Eventos – rodas de conversa no Colégio Militar – Ação do Projeto Defensores da Cidadania.

10.2 REPORTAGENS

Representantes da DPE são eleitas delegadas em Conferências de Promoção da Igualdade Racial

Publicado em 03/10/2017

Por: Cinthia Abreu

A Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO) conta com delegadas eleitas nas conferências municipal e regional de promoção da igualdade racial. A IV Conferência Regional de Promoção da Igualdade Racial, realizada no último dia 28, em Porto Nacional, elegeu a defensora pública Denize Souza Leite como representante do Poder Público Estadual do município.



81

Servidoras da DPE-TO foram eleitas delegadas da III Conferência Municipal de Igualdade Racial de Palmas. Iranice Silva Sá (analista da Defensoria Pública Agrária) é representante da sociedade civil, em nome da Afeto - Associação dos Falcêmicos do Estado do Tocantins, e Tatiane Dias (Assistente de Defensoria) e Liz Marina Régis (analista do Núcleo de Direitos Humanos) representam o poder público estadual.

Elas integram a delegação de Palmas para o evento preparatório para a II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (IV CONAPIR), em maio de 2018, em Brasília. O objetivo das conferências é concretizar a democracia participativa, por meio da coleta de propostas formuladas coletivamente, com vistas à adequação e criação de políticas públicas de promoção da igualdade racial, em âmbito local, estadual e nacional.

As Conferências basearam-se no tema proposto pela ONU: “O Brasil na Década Internacional dos Afrodescendentes: reconhecimento, justiça, desenvolvimento e igualdade de direitos”. Os participantes discutiram e fizeram proposições sobre o enfrentamento ao racismo, o combate à discriminação, dentre outros.

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

As temáticas foram debatidas em quatro grandes eixos - reconhecimento dos afrodescendentes; garantia de justiça aos afrodescendentes; desenvolvimento dos afrodescendentes; e discriminação múltipla ou agravada dos afrodescendentes. Durante os dois dias de evento, mais de 300 pessoas estiveram presentes para viabilizar a tomada de decisões em prol da igualdade social. Uma delas é a realização de um festival anual das culturas negra e indígena na Capital.

Capital

O evento foi promovido pelo Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, através da Superintendência de Igualdade Racial, da Prefeitura de Palmas, em parceria com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Católica do Tocantins (NEAB-FACTO). A programação em Palmas contou com a participação do defensor público Fabrício Brito, coordenador substituto do NDDH, que compôs mesa na ocasião.

Porto Nacional

A IV Conferência regional de Promoção da Igualdade Racial foi organizado pelo Conselho Estadual de Promoção e Igualdade Racial, através da Secretaria Estadual de Cidadania e Justiça, em parceria com a Prefeitura Municipal de Porto Nacional. A defensora pública Denize de Souza Leite participou dos debates, com o objetivo de discutir soluções para o enfrentamento ao racismo e dar visibilidade às demandas discutidas nos eixos.

Assuntos como atendimento e visibilidade às comunidades quilombolas e das religiões de terreiro e grupos de afirmações estiveram em pauta. A defensora pública Denize de Souza Leite e a servidora Liz Marina integraram o eixo cuja temática foi “Da garantia de justiça aos afrodescendentes” e a servidora Tatiane Dias integrou o terceiro grupo de trabalho, que abordou a temática: “Do desenvolvimento dos afrodescendentes”.

82

Em breve

Ocorrerão, nos dias 25 e 26 de outubro, as etapas regionais da Conferência de Promoção da Igualdade Racial do Tocantins, nas cidades de Augustinópolis e Araguaína, respectivamente. As inscrições poderão ser realizadas no endereço eletrônico da Secretaria Estadual de Cidadania e Justiça.



Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/nddh/noticia/24422>>.

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

Defensoria Pública acompanha reintegração de posse no Pântano do Papagaio

Publicado em 11/10/2017

Por: Loise Maria

A equipe da Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO) acompanhou a reintegração de posse da área conhecida como Pântano do Papagaio ou Fazenda União, na região próxima à Brejinho de Nazaré e Ipueiras. De barco, carro e também a pé, cerca de 20 Servidores e Defensores Públicos percorreram nesta terça-feira, 10, um caminho de mais de 300 km para garantir que o cumprimento do mandado de reintegração da área ocorresse que ali habitavam.



Na ocasião, a equipe percorreu toda a extensão da área a fim de localizar os assistidos e zelar pela preservação da integridade física, bens materiais, dentre outras circunstâncias. Porém, a comunidade optou por desocupar a área na véspera da ação.

Conforme a defensora pública Denize Souza Leite, no local habitavam cerca de 60 famílias que compunham o acampamento Clodomir Santos que estava sob coordenação do Movimento Sem Terra (MST) e que relatavam frequentes casos de violência na comunidade, a exemplo de ameaças, queimadas de barracos, agressões, torturas e até a ocorrência de um homicídio. “Estivemos um dia antes reunidos com a comunidade para informar como seria realizada a ordem de reintegração de posse na área e que seria devidamente acompanhado pela Defensoria Pública, e eles decidiram sair antes para garantir o cumprimento de forma mais pacífica possível e evitar novos episódios de violência”, conta Denize Leite.

A ação da DPE-TO foi coordenada pela defensora pública Denize Souza Leite e contou com a atuação dos defensores públicos Pedro Alexandre Conceição (coordenador da Defensoria Pública Agrária – DPAGRA, Fabrício Brito, (coordenador substituto do Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos - NDDH), Kênia Martins Pimenta e Elydia Barros Monteiro. Além disso, um grupo de mais de 50 pessoas esteve envolvido na atuação, com apoio da Polícia Militar, Polícia Civil, Tribunal de Justiça, Ouvidoria Agrária Regional e Investco.

Violência

Conforme a comunidade, os casos de violência eram recorrentes e se agravou desde o mês de maio deste ano, sendo feitos 11 boletins de ocorrência neste período. O último deles, considerado o mais grave, em 23 agosto, foi relatado que oito homens entraram na área portando armas de fogo, ameaçando as famílias de morte e incendiando alguns dos barracos.

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2017

Diante disso, a Defensoria Pública realizou, ainda no final de agosto, um atendimento coletivo à comunidade, ingressou com os pedidos judiciais cabíveis e pediu investigação criminal do caso.

Área

Mais conhecida como Pântano do Papagaio, a área de 630 alqueires tem a Investco como proprietária do título da terra e estava ocupada por terceiros desde 2014, bem como pelos membros do MST desde o final do ano passado. Conforme a liderança do MST, as famílias que ocupavam a área trabalhavam nas fazendas arrendadas na região há mais de 30 anos, antes das desapropriações feitas em favor da Investco por ocasião da formação do lago.

Após a formação do lago, a área não foi atingida e as famílias acabaram retornando à região. Contudo, há ainda supostos proprietários da área (políticos e empresários da região) que, conforme as famílias, foram os mandantes dos casos de violência.



84



Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/noticia/24519>>.



NOVEMBRO

NDDH

Núcleo Especializado de
Defesa dos Direitos Humanos

DPE-TO

DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO TOCANTINS

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

11.1 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

DIA	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES
02	Participação em Audiência Pública: Política Pública Integral para Pessoa Idosa no Parque Municipal da Pessoa Idosa: Francisco Xavier de Oliveira;
03	Participação em reunião ordinária da COETRAE/TO;
10	Apoio operacional – atuação conjunta com 3ª Defensoria Pública Cível de Porto Nacional – Dra. Denize Souza Leite – acompanhamento da desocupação do Assentamento Pântano do Papagaio, em Ipueiras e Brejinho de Nazaré;
18	Participação em reunião ordinária do Comitê de Respeito à Diversidade Religiosa;
25	Participação em Capacitação em Disque 100, promovida pelo CONDEGE e SDH/PR, em Brasília; Participação em Conferência Regional de Igualdade Racial de Augustinópolis – atuação conjunta com CEPPIR/TO e NUAMAC/Araguaína;
26	Participação em reunião ordinária do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos – CEDDH/TO; Participação em Conferência Regional de Igualdade Racial de Araguaína – atuação conjunta com CEPPIR/TO e NUAMAC/Araguaína;
25 a 27	Participação em seminários e cursos do VI Congresso Internacional de Direitos Humanos;
27	Reunião no Colégio Militar com a professora Poliana Alves de Oliveira sobre realização de atividade do Projeto Defensores da Cidadania para os alunos do 3º ano do ensino médio.
	OUTROS EXPEDIENTES:
23	Correio eletrônico – nº 172 a 194
0	Memorando

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

01	Ofício – nº 156
01	Despacho
	PROCESSOS SEI GERADOS:
2	17.0.000002810-0 – Organização de eventos - SEMINÁRIO TRABALHO ESCRAVO HOJE: REALIDADE E DESAFIOS; 17.0.000002786-3 – Organização de Eventos – rodas de conversa no Colégio Militar – Ação do Projeto Defensores da Cidadania.

11.2 REPORTAGENS

Trabalho análogo à escravidão é tema de seminário, em Palmas, na próxima quinta-feira

Realizado pela Comissão Para Erradicação Do Trabalho Escravo No Tocantins, o seminário conta com o apoio da Defensoria Pública

87

Publicado em 06/11/2017
Por: Cléo Oliveira

“Trabalho Escravo Hoje: Realidade e Desafios” é tema de um seminário que será realizado a partir das 18 horas da próxima quinta-feira, 9, na Universidade Federal do Tocantins (UFT), campus Palmas. Realizado pela Comissão Para Erradicação Do Trabalho Escravo No Tocantins (Coetrae/TO), o seminário conta com o apoio da Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO), por meio do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos (NDDH).



O seminário é gratuito e oferece certificação. O objetivo é discutir com estudantes universitários o trabalho análogo à escravidão, também definido como trabalho escravo contemporâneo. Demais pessoas que se interessem pelo assunto também podem participar. A inscrição é feita no local, às 18 horas, no auditório do Centro Universitário Integrado de Ciências, Cultura e Arte (Cuica) da UFT, em Palmas.

Uma mesa-redonda de debates está na programação do evento e contará com a participação do procurador regional do Trabalho, Tiago Cavalcanti, da delegada chefe do Serviço de Repressão ao Trabalho Forçado/Polícia Federal, Gabriela Madrid Aquino, e do auditor

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

fiscal do Trabalho André Esposito. A mediação será feita por Frei Xavier Plassat, da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

A Defensoria Pública é parceria na realização do seminário que conta, ainda, com o apoio da UFT, Ordem dos Advogados do Brasil / Seccional Tocantins (OAB-TO), Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Trabalho (MPT), CPT, Secretaria Estadual da Educação, Juventude e Esportes (Seduc), Secretaria Estadual da Cidadania e Justiça (Seciju) e Universidade Estadual do Tocantins (Unitins).

O tema

A temática abordada no seminário é relevante pelos reincidentes casos de resgate de trabalhadores em situação análoga à escravidão e também pela discussão quanto a Portaria nº1.129/2017, do Ministério do Trabalho. Embora suspensa por decisão monocrática da ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Rosa Weber, a referida portaria ainda gera debates e preocupações porque dispõe e altera os conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas ao trabalho escravo no Brasil.

Para várias instituições do País, entre elas a DPE-TO, a portaria em questão representa retrocesso na história trabalhista e social do País, esvaziando as possibilidades de fiscalização das situações de trabalho escravo.

Serviço

Seminário “Trabalho Escravo Hoje: Realidade e Desafios”

Data: 09/11/2017 – quinta-feira

Local: auditório do Cuica – UFT Palmas

Credenciamento: 18 horas

Mesa-redonda: 19h15

Realização: Comissão Para Erradicação Do Trabalho Escravo No Tocantins

Apoio: DPE-TO e outras instituições

Contato para mais informações: (63) 3218-6953 – NDDH / DPE Palmas

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/nddh/noticia/25040>>.

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

Seminário sobre trabalho escravo contemporâneo é realizado nesta quinta-feira, em Palmas

Publicado em 09/11/2017

Por: Cléo Oliveira

Discutir com estudantes universitários e demais interessados o tema “trabalho análogo à escravidão” está entre os objetivos de um seminário que será realizado nesta quinta-feira, 9, em Palmas, no campus Palmas da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Realizado pela Comissão Para Erradicação Do Trabalho Escravo No Tocantins (Coetrae/TO), o seminário “Trabalho Escravo Hoje: Realidade e Desafios” conta com o apoio da Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO), por meio



do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos (NDDH). Os interessados em participar devem se inscrever a partir das 18 horas de hoje, no auditório do Centro Universitário Integrado de Ciências, Cultura e Arte (Cuica) da UFT, em Palmas. Às 19h15 está previsto o início dos debates em mesa-redonda que contará com a participação do procurador regional do Trabalho, Tiago Cavalcanti, da delegada chefe do Serviço de Repressão ao Trabalho Forçado/Polícia Federal, Gabriela Madrid Aquino, e do auditor fiscal do Trabalho André Esposito. A mediação será feita por Frei Xavier Plassat, da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

89

A Defensoria Pública é parceria na realização do seminário que conta, ainda, com outros parceiros: UFT, Ordem dos Advogados do Brasil / Seccional Tocantins (OAB-TO), Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Trabalho (MPT), CPT, Secretaria Estadual da Educação, Juventude e Esportes (Seduc), Secretaria Estadual da Cidadania e Justiça (Seciju) e Universidade Estadual do Tocantins (Unitins).

O seminário é gratuito e oferece certificação. A temática abordada é relevante pelos reincidentes casos de resgate de trabalhadores em situação análoga à escravidão e também pela discussão quanto a Portaria nº1.129/2017, do Ministério do Trabalho. Embora suspensa por decisão monocrática da ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Rosa Weber, a referida portaria ainda gera debates e preocupações porque dispõe e altera os conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas ao trabalho escravo no Brasil.

Serviço

Seminário “Trabalho Escravo Hoje: Realidade e Desafios”

Data: 09/11/2017 – hoje

Local: auditório do Cuica – UFT Palmas

Credenciamento: 18 horas

Mesa-redonda: 19h15

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

Realização: Comissão Para Erradicação Do Trabalho Escravo No Tocantins
Apoio: DPE-TO e outras instituições
Contato para mais informações: (63) 3218-6953 – NDDH / DPE Palmas

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/nddh/noticia/25096>>.

Bullying é tema do projeto “Defensores da Cidadania” no Colégio da Polícia Militar

Publicado em 13/11/2017
Por: Rose Dayanne Santana

Cerca de 190 estudantes de seis turmas do 3º ano do Colégio da Polícia Militar (CPM) da Capital - Unidade II - Ensino Médio participaram de rodas de conversa do projeto “Defensores da Cidadania”, da Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO), sobre *bullying* e suas diversas manifestações, como *cyberbullying*, depreciação das mulheres, banalização da violência, múltiplas discriminações, entre outras. O encontro foi realizado na quinta-feira, 9.



90

As rodas de conversa foram conduzidas pelas defensoras públicas Luciana Costa da Silva e Vanda Sueli, respectivamente, coordenadoras do Núcleo Especializado de Direitos Humanos (NDDH) e do Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM), e pela analista jurídica Liz Marina Regis Ribeiro, com apoio das equipes técnicas dos Núcleos.

Com o intuito de sensibilizar os alunos e a comunidade escolar sobre assuntos relacionados aos direitos humanos e as consequências que a prática do bullying pode ter frente às legislações, as facilitadoras fizeram apontamentos introdutórios sobre a temática e deixaram que os estudantes debatessem, contassem experiências e as dificuldades que enfrentam no dia a dia.

“Devemos em primeiro lugar respeitar o outro. A partir do momento em que faço uma brincadeira que o outro não gostou, já deixou de ser uma brincadeira, e passou a ser uma ofensa. O que é brincadeira para mim, pode magoar e afetar o outro. Na dúvida, pense, ‘eu gostaria que fizessem essa brincadeira comigo?’. Ou às vezes começa com uma brincadeira e não compensa brincar, porque pode evoluir e se tornar algo bastante sério”, destacou o estudante Lucas Luis Pereira da Silva Oliveira, 18 anos.

Para a estudante Daniele Lima Almeida, 17 anos, momentos assim são importantes para ouvir e refletir. “Acho que muito interessante e ajuda bastante a todo pessoal que tava aqui porque é realmente muito difícil. É um momento onde a gente pode falar, expressar o que a gente realmente espera da sociedade como o todo, expor as nossas expectativas ou as nossas experiências. As vezes a gente não tem tempo para pensar nisso e é bom parar e ter esse momento para falar e ouvir”, ressaltou.

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

Segundo a professora Poliana Alves de Oliveira, autora do convite que motivou a ida da Defensoria Pública no Colégio Militar, problemas com bullying é uma demanda frequente, a exemplo do caso recente de uma lista ofensiva que circulou nas redes sociais contra alunas da Unidade. “Eu fiquei sabendo por meio de uma amiga que a Defensoria Pública poderia vir fazer esse trabalho na escola. Recentemente tivemos um caso bem complexo de bullying na escola (a questão da lista) e então decidimos entrar em contato para pedir essa ajuda trabalhar esse tema que é complexo, de forma efetivo, incluindo também as questões relacionadas às consequências de se praticar bullying”, explicou.

Para a defensora pública Luciana Costa da Silva a ida da Defensoria Pública às escolas é uma forma de fomentar a educação em direitos, contribuir para a promoção dos direitos humanos. “Nosso intuito é fomentar entre os estudantes o respeito pelo diferente, o bullying, por exemplo, é algo de atentar contra o outro, repetitivo e que leva a vítima a uma série de problemas psicológicos”, alertou.

Projeto

“Defensores da Cidadania” é um projeto que visa aproximar ainda mais Defensoria Pública da sociedade por meio da promoção de educação em direitos humanos e cidadania, nos mais diversos espaços comunitários, tais como instituições de ensino, centros de referência em assistência social, de convivência, de direitos humanos, dentre outros. “A partir da demanda que chega para a Defensoria Pública, como no caso do Colégio Militar, articulamos junto com a Unidade a melhor metodologia para ação, seja uma roda de conversa, oficinas, palestras, entre outras”, explicou coordenadora do NDDH, Luciana Costa da Silva. Segundo a Defensora Pública, para levar o “Defensores da Cidadania” para a escola ou espaço comunitário, entre outros, basta enviar email para o Núcleo, no endereço nddh@defensoria.to.gov.br, ou ainda entrar em contato pelo telefone (63) 3218.6953 para mais informações. A equipe do Núcleo elaborará em conjunto com os solicitantes a melhor metodologia de transmissão de conteúdo.

91



Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/nddh/noticia/25121>>.

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

Semana de Cinema Africano, em Palmas, tem a participação da Defensoria Pública

Publicado em 24/11/2017

Por: Cléo Oliveira

Coordenadora do Núcleo Especializado em Defesa dos Direitos Humanos (NDDH) da Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO) a defensora pública Luciana Costa da Silva participou, na segunda-feira, 20, da abertura da I Semana de Cinema Africano de Palmas, no Cine Cultura da Fundação Cultural de Palmas (FCP). A defensora pública participou dos debates com entidades e outras instituições presentes.



Na abertura da Semana, foi exibido o documentário “Eu Não Sou Negro”, dirigido por Raoul Peck e com o ator Samuel L. Jackson no elenco.

A programação é organizada pela Superintendência de Igualdade Racial da Prefeitura e pela FCP. De acordo com informações da Secretaria de Comunicação do Município (Secom Palmas), a proposta é oferecer uma programação que permita a discussão da valorização racial e origens afrodescendentes.

Ainda conforme as informações oficiais da Prefeitura, para realização da programação foi celebrada parceria com a Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (Proex) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Embaixada da França no Brasil e Comunidade Africana de Palmas, Instituto Francês e produção do Spatium.

NDDH

O Especializado em Defesa dos Direitos Humanos (NDDH) está presente em importantes espaços de debate e discussão acerca dos direitos e respeito à cultura negra. Entre eles estão o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial e o Comitê Estadual de Respeito à Diversidade Religiosa.



Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/nddh/noticia/25282>>.

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

Defensora Pública ministra palestra sobre direitos humanos para universitários

Publicado em 28/11/2017

Por: Cinthia Abreu

Racismo, preconceito, desigualdade social, sistema penitenciário, cotas raciais, mercado de trabalho e deficiência. Estes foram alguns dos tópicos abordados pela defensora pública Luciana Costa na palestra sobre “O papel da Defensoria na Promoção de Ações Afirmativas”, ministrada na noite de segunda-feira, 27, no campus Palmas da Universidade Federal do Tocantins (UFT).



O encontro contou com a participação de estudantes da disciplina de “Antropologia Cultural”, do curso de Filosofia e Artes, e envolveu um bate-papo com foco em direitos humanos. Na ocasião, Luciana Costa abordou o trabalho desenvolvido pelo Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos (NDDH), do qual é coordenadora, e os impactos desse trabalho em ações afirmativas e direitos humanos no estado do Tocantins.

Um dos pontos de destaque da palestra foi a defesa pela cota racial. “O País é formado por 54% de população negra, mas os negros ainda são sub-representados nas esferas de poder. Eles são a maioria nas unidades prisionais, mas não são a maioria nos melhores postos de trabalho, nos espaços que eles deveriam ocupar e isso significa que ainda não temos a igualdade material”, defendeu Luciana Costa.

Ela abordou também o dia a dia do trabalho do NDDH, reforçando que a atuação é conjunta com os demais núcleos especializados da Defensoria. “Os direitos humanos está ligado a um leque de situações porque tudo está ligado ao humano e à vida”, ressaltou.

Após a apresentação da Defensora Pública, foi aberta uma mesa-redonda com os estudantes para dúvidas, orientações e trocas de experiências.

Projeto

A palestra é parte integrante do projeto “Defensores da Cidadania”, de realização do NDDH. Conforme a coordenadora do Núcleo, o objetivo é contribuir para a promoção dos direitos humanos com especial ênfase para a sensibilização e conscientização acerca do trabalho desenvolvido pelo NDDH e os impactos desse trabalho em ações afirmativas e direitos humanos no estado do Tocantins, por meio de uma aprendizagem que contribua com a formação de ouvintes protagonistas na concretização das normas e tratados internacionais de direitos humanos e na efetivação de seus direitos fundamentais em sua comunidade, estimulando o estudo, a pesquisa e a reflexão voltados para a matéria, com vistas à construção e consolidação da cidadania ativa.

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2017

O projeto visa despertar nos estudantes um olhar sensível, com vistas à criação de uma cultura universal de Direitos Humanos por meio da transferência de conhecimentos e habilidade.



Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/nddh/noticia/25327>>.

Ex-trabalhadores de fazenda no Pará são convocados para receber indenização

Publicado em 29/11/2017

Por: Cinthia Abreu

O Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos (NDDH) da Defensoria Pública do Estado do Tocantins atua, dentre outras demandas, em defesa da pauta de promoção dos direitos humanos, com especial ênfase na sensibilização e conscientização acerca da erradicação do trabalho escravo contemporâneo, com destaque na atuação junto à Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo - COETRAE/TO.



Com o intuito de reforçar a sua missão e considerando a característica socioeconômica (hipossuficiência) das vítimas do trabalho escravo contemporâneo, o Núcleo divulga lista de convocação dos trabalhadores (em anexo) que foram vítimas de trabalho escravo apontadas na Sentença do Caso Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde vs. Brasil, em trâmite na Corte Interamericana de Direitos Humanos. O edital público do Ministério dos Direitos Humanos divulga o edital público que tem por objetivo localizar 75 pessoas e convocá-las a apresentar a documentação que possibilite o pagamento de indenizações.

A sentença apontou 128 vítimas de trabalho escravo na Fazenda Brasil Verde, no Pará, sendo 43 referentes a uma fiscalização de 1997 e outras 85 da inspeção do ano de 2000. O edital publicado hoje contém as vítimas que não são representadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL/Brasil), organizações peticionárias no processo perante a Corte.

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

A Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o Brasil a adotar medidas de reparação, incluindo indenizações às vítimas ou, no caso de pessoas falecidas, aos seus herdeiros. A sentença determina, entre outras medidas, que o Brasil reinicie as investigações relacionadas aos fatos constantes da fiscalização de 2000, publique a sentença e seu resumo, adote medidas para que não haja prescrição do crime e pague indenizações por dano imaterial às vítimas e reembolso de custas e gastos aos representantes das vítimas. Algumas dessas medidas já estão em andamento.

O Ministério Público Federal retomou as investigações e divulgou um edital de chamamento de informantes que tenham conhecimento dos fatos relacionados ao caso. Quanto à prescrição, está em tramitação no Congresso Nacional um Projeto de Emenda à Constituição para estabelecer que a submissão de pessoa a condição análoga à escravidão constitua crime imprescritível. Quanto às indenizações, a Secretaria Nacional de Cidadania já iniciou os trâmites administrativos para efetuar os pagamentos de 49 vítimas representadas pelas organizações peticionárias e segue envidando todos os esforços para a busca ativa das vítimas ainda não localizadas, em que o edital de convocatória é uma das ações com vistas a exaurir todas as possibilidades de atuação do Estado.

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/nddh/noticia/25344>>.



DEZEMBRO

NDDH

Núcleo Especializado de
Defesa dos Direitos Humanos

DPE-TO

DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO TOCANTINS

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

12.1 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

DIA	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES
01	Inspeção no Centro de Atendimento Socioeducativo de Palmas – CASE, em atuação conjunta com NUDECA e NUAMAC Palmas – Apoio Operacional;
04	Denúncia de violação de DH – recebimento de comunicação via Ofício nº 219/2017, oriundo da 1ª Defensoria Pública de Miracema, Dra. Franciana Di Fátima Cardoso Costa – sobre agressões suportadas por socioeducando do CASE – demanda encaminhada ao NUDECA em razão da pertinência temática de atuação;
11	Elaboração de material de apoio e de apresentação do Núcleo para Curso ministrado aos novos defensores públicos;
12	Participação em reunião ordinária da Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo – COETRAE;
13	Participação em reunião ordinária do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial – CEPİR;
15	Realização de palestra de apresentação das atribuições e projetos do NDDH aos novos defensores públicos em curso de capacitação; Participação em Reunião do Projeto Gestão Presente;
18	Realização de reunião com a Dra. Solange, professora da UFT, para proposição de parceria na execução dos projetos aprovados para o ano de 2018;
19	Elaboração de minuta de Relatório Anual de Atividades.
	OUTROS EXPEDIENTES:
05	Correio eletrônico – nº 218 a 222
01	Memorando – nº 71
0	Ofícios
01	Despacho – nº 0208149

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

	PROCESSOS SEI GERADOS:
01	17.0.000003148-8 – Solicitação – Solicita a cobertura jornalística da inspeção conjunta no CASE - Centro de Atendimento Socioeducativo de Palmas.

12.2 REPORTAGENS

Roda de conversa sobre direitos humanos no CEM Castro Alves conta com presença da DPE-TO

Publicado em 01/12/2017
Por: Rose Dayanne Santana

Nesta quinta-feira, 30, a Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO) participou de uma roda de conversa sobre Direitos Humanos e a igualdade entre homens e mulheres com cerca de 60 estudantes do 1º Ano do Centro de Ensino Médio Castro Alves, em Palmas. A analista jurídica do Núcleo Especializado de Direitos Humanos (NDDH), Liz Marina Régis, foi a representante da instituição na atividade, que faz parte de um projeto do Centro de Direitos Humanos de Palmas (CDHP)



em parceria com Ministério Público Estadual (MPE), Defensoria Pública, Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos (CEDDH) e Secretaria Estadual de Educação. A atividade foi acompanhada pela professora do Cem Castro Alves, Ana Cristina.

A roda de conversa foi conduzida pela coordenadora do CDHP, Maria Vanir Ilidio, que abordou questões relacionadas aos direitos humanos de indígenas, pessoas presas, também com foco nos direitos das mulheres e nas situações de violência que vivenciam diariamente. Liz Marina Régis também reforçou essas questões e falou sobre o trabalho da Defensoria Pública na defesa dos direitos humanos e sobre as atividades desenvolvidas pelo NDDH.

“É muito importante para a Defensoria Pública estar nesses espaços. Nosso desejo é que vocês também se tornem defensores da cidadania, e nos espaços que participem também ajudem a defender os direitos humanos. Quando estiverem diante de alguma violação reajam e se perceberem que não podem reagir sozinhos, vocês podem contar com a Defensoria Pública. É muito importante que vocês sejam protagonistas dessa transformação”, reforçou.

Projeto

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2017

A campanha “Igualdade entre homens e mulheres”, desenvolvida pelo CDHP, tem como objetivo de contribuir na diminuição da violência contra a mulher. “A campanha surgiu da necessidade de diminuir a violência doméstica no estado do Tocantins, que está no ranking do terceiro estado com maior número de violência, e nós acreditamos que a questão de desigualdade, principalmente do machismo, está entre as principais causas para essa violência”, explicou Maria Vanir Ilídio.

Com lançamento em setembro deste ano, já foram realizadas rodas de conversa nos Colégios Estaduais Beatriz Rodrigues, Liberdade, Darcy Chaves e Castro Alves. A DPE-TO, o MPE, o CEDDH e a Secretaria Estadual de Educação são parceiros da campanha. “Encerramos a atividades deste ano no Cem Castro Alves e a partir de fevereiro de 2018 vamos retomar. Queremos fazer em todas as escolas estaduais de Palmas e também cidades circunvizinhas”, ressaltou a coordenadora do CDHP.



99

Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/nddh/noticia/25356>>.

Defensoras Públicas participam de audiência contra o genocídio da juventude negra

Publicado em 01/12/2017

Por: Cinthia Abreu

“O extermínio de crianças e adolescentes tem nome e sobrenome: negros e pobres.” A frase de um dos cartazes pregados na parede do Plenarinho da Assembleia Legislativa, em meio a dezenas de outros cartazes com nomes de adolescentes mortos, anuncia uma grande preocupação na sociedade atual, o genocídio da juventude negra. O espaço recebeu na última quinta-feira, 30, a reunião da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, que contou com a participação das defensoras públicas Larissa Pultrini e Luciana Costa.



RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

O objetivo foi debater crescentes índices de genocídio da juventude negra, conforme o Requerimento 2130/2017, de autoria do deputado estadual Zé Roberto (PT). Conforme o Mapa da Violência no Brasil (2014), cerca de 77% do total de casos de assassinatos são cometidos contra pessoas negras.

Conforme a Defensora Pública que coordenadora do Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos (NDDH) da Defensoria, mortes e torturas são constantes em meio à juventude negra, causados pela desigualdade social, racismo e preconceitos. “O que eu vejo é que a igualdade racial não foi conquistada. Você vai no sistema carcerário e há uma população esmagadora de negra e pobre. Vejo também uma sociedade punitiva, onde o ‘bandido bom é bandido morto’ e a gente não está se dando conta de que isso é uma exceção do direito fundamental e uma retirada do direito à vida”, considera Luciana Costa.

O encontro contou, ainda, com a participação de representantes de movimentos sociais e da sociedade civil em geral, que apresentaram relatos e experiências de racismo. “Eu estava vindo de Taquaralto com os meus amigos e eu era o único negro no carro. Quando os policiais nos abordaram, separou todo mundo e só eu fiquei fora do grupo, ele me tratou muito mal, mandou eu abaixar a cabeça, me deu um tapa no rosto e disse que eu não poderia falar nada, enquanto que com os meus amigos nada aconteceu”, relatou um estudante que participou da audiência.

Coordenadora do Núcleo Especializado de Defesa da Criança e do Adolescente, Larissa Pultrini frisou sobre a importância da integração do sistema. “É preciso chamar a presença do Judiciário para que vejam a falta de proteção para as crianças e adolescentes. É preciso ver o que está acontecendo com essa população antes de aplicar uma medida de internação, que é a mais severa”, ressalta.

100

Demandas

Dentre outras questões, a audiência pública debateu o aprimoramento do controle estatístico sobre o alto número de homicídios na juventude negra, a elaboração de um plano de contenção de danos e o pleito do fim dos autos de resistência.

Os autos de resistência foram tema de repúdio por parte dos participantes. O termo se refere ao registro da ocorrência de legítima defesa de policiais em caso de suspeitos que resistem à prisão. Para grupos de defesa dos direitos humanos, os autos são usados para justificar crimes de policiais.

A inclusão de programas e ações de assistência social na lei que vai reger o orçamento público do próximo ano foi outro ponto de consenso. Para esse fim, foi sugerido o exemplo do programa Juventude Viva, do governo federal. Também foi consenso a formação de um comitê com representantes de movimentos sociais e órgãos públicos para elaborar propostas de políticas públicas e rever leis em vigor. Foram sugeridas a definição de sistema e metodologia estatística aos dados oficiais sobre homicídios da juventude negra, e a proposição de um plano estadual de proteção aos menores ameaçados de morte.

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2017



Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/nddh/noticia/25362>>.



ANEXOS

NDDH

Núcleo Especializado de
Defesa dos Direitos Humanos

DPE·TO

DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO TOCANTINS

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2017

ANEXO I

Tabela Final de atividades

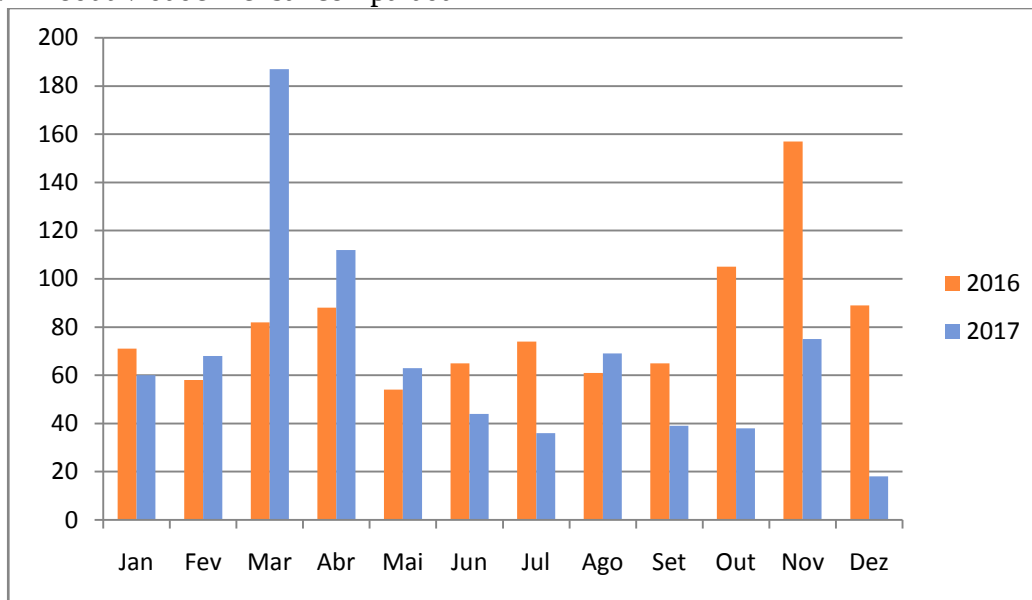
RELATÓRIO MENSAL DAS ATIVIDADES DO NÚCLEO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS - NDDH													2017
O Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos possui caráter permanente e missão primordial de prestar suporte e auxílio no desempenho da atividade funcional dos Membros da Instituição, sempre que a demanda apresentada referir-se, direta ou indiretamente, à violação das normas asseguradoras dos Direitos Humanos, consagrados na Constituição Federal, na Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (1978) e na Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Pacto de San José da Costa Rica (1969), bem como demais tratados e convenções ratificadas pelo Brasil. A Resolução-CSDPE nº 25, de 06 de agosto de 2008 cria o NDDH, sendo estabelecidas no artigo 3º suas atribuições.													
ATIVIDADES	MESES												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
Denúncia de violação à Direitos Humanos (inciso I, art. 3º)	2	1				2	2	1	2		1	1	12
Apoio Operacional	1	2		2	7	2		6	2	1	1		24
Atendimento coletivo (inciso I, art.3º)													
Orientação jurídica individual (inciso I, art.3º)							1				2		3
Instauração de Procedimentos (inciso II, art. 3º)		2											2
Peticionamento às Cortes Internacionais (inciso III, art. 3º)													
Peticionamento em jurisdição brasileira (incisos IV, art. 3º)	1		1	2				1			1		6
Recomendações (incisos IV, VII, art. 3º)											1		1
Estudos, cartilhas e apostilas (incisos V, X, XII, XVII art. 3º)	1	2	2	1	3	1							10
Reuniões em Conselhos de Direitos (incisos VI, XV, art. 3º)	5	3	9	3	4	3		3	1	3	3	2	39
Participação em reuniões oficiais (incisos VI, XIII, XIV, XV, art. 3º)	2	2	3		2	2	3	3	4	1	3	2	27
Realização de seminários e eventos (incisos VIII, IX, XI, art. 3º)	1		1	6	2	8		1			5		24
Mediação de mesas, rodas de conversas e palestras ministradas em outras instituições (incisos VIII, IX, XI, art. 3º)	1		1		1						6	1	10
Participação em congressos e eventos	1				4	2	2	3	3	5	5		25
Informativos (inciso X, art. 3º)						1							1
Artigos publicados e entrevistas à imprensa (incisos VIII e XI, art. 3º)													
Relatórios (inciso IV, art. 3º)						1	1		1			1	4
Visitas e inspeções (incisos I e XII, art. 3º)								1	3			1	5
Notas Públicas													
Propostas de resoluções, leis, projetos, roteiros e convênios		2	3	1	3	2	2	1			2		16
Processo SEI gerados	8	4	4	2		5		2					25
SUBTOTAL	23	18	24	17	26	29	11	22	16	10	30	8	234
ENCAMINHAMENTOS	MESES												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
Ofícios	3	13	53	63	5	2	10	1	5	1	6		162
Ofícios Conjuntos		1						3					4
Memorandos	7	4	53	4	1				1			1	71
E-mails	11	14	35	13	28	10	13	38	10	23	23	5	223
Despachos	2	11	5	1		1	3		2	1	6	1	33
Outros	11	5	11	9	1	2	2	3			2	1	47
SUBTOTAL	34	48	157	90	35	15	28	45	18	25	37	8	540
ATUAÇÕES CONJUNTAS (incisos XIII, XIV, XV, art. 3º)	MESES												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
NUAMAC			2	1	2					2		1	8
NADEP	1	1	1	1				1			3		8
DPAGRA-DEFENSORIA QUILOMBOLA			1	1					1				3
NUSA													
NUDECA									4		1	1	3
NUDEM		1	2								1		4
NUDECON													
DEFENSORIAS PÚBLICAS	2			1				1		1	3		8
PALMAS PARTICIPA - UFT				1									1
SUBTOTAL	3	2	6	5	2			2	5	3	8	2	35
TOTAL GERAL	MESES												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
	60	68	187	112	63	44	39	69	39	38	75	18	812

RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 2017

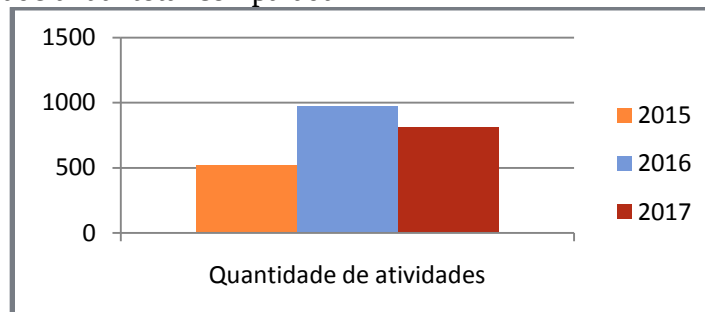
ANEXO II

Gráficos de produtividade

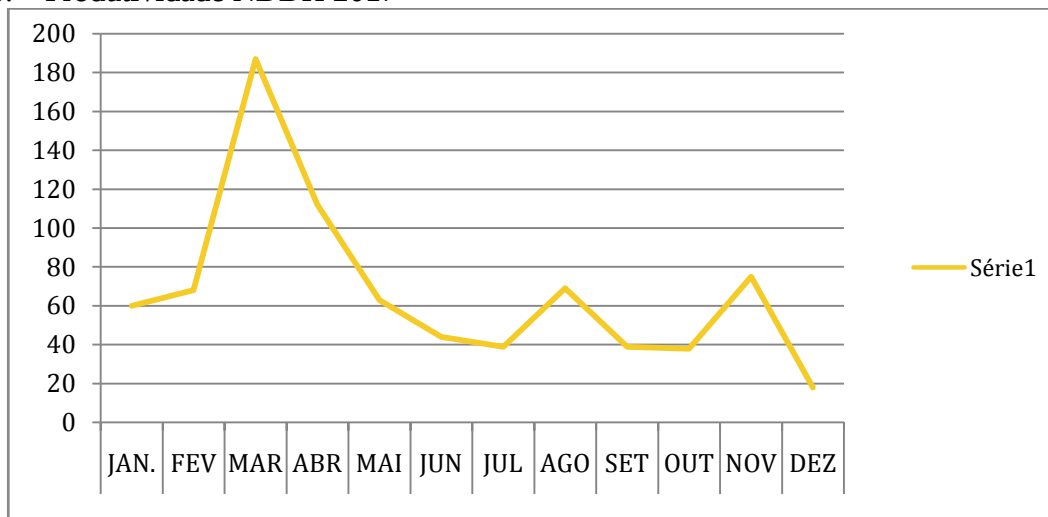
1. Produtividade mensal comparada



2. Produtividade anual total comparada



3. Produtividade NDDH 2017



NDDH

Núcleo Especializado de
Defesa dos Direitos Humanos

DPE-TO

DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO TOCANTINS